

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	123
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	125
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	126
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	31.352.518
Preferenciais	10.367.206
Total	41.719.724
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.641.031	1.487.003
1.01	Ativo Circulante	286.596	262.359
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	45.598	10.070
1.01.03	Contas a Receber	0	150
1.01.03.01	Clientes	0	150
1.01.06	Tributos a Recuperar	219	218
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	219	218
1.01.06.01.01	Ativo Fiscal Corrente	219	218
1.01.07	Despesas Antecipadas	578	511
1.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	578	511
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	240.201	251.410
1.01.08.03	Outros	240.201	251.410
1.01.08.03.01	Outros Créditos	265	259
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	42.724	42.724
1.01.08.03.03	Partes Relacionadas	6.103	25.879
1.01.08.03.04	Despesas Antecipadas	695	161
1.01.08.03.05	Ativos Classificados como Mantidos para venda	190.414	182.387
1.02	Ativo Não Circulante	1.354.435	1.224.644
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.740	179.400
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	246	296
1.02.01.03.01	Titulos Mantidos até o Vencimento	246	296
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	20.988	176.659
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	20.988	176.659
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.506	2.445
1.02.01.10.03	Outros Créditos	60	60
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	2.446	2.385
1.02.02	Investimentos	1.324.634	1.038.857
1.02.02.01	Participações Societárias	1.324.634	1.038.857
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.324.634	1.038.857
1.02.03	Imobilizado	6.061	6.387
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.095	3.318
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	557	662
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.409	2.407

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.641.031	1.487.003
2.01	Passivo Circulante	499.438	489.278
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.616	7.471
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.616	7.471
2.01.02	Fornecedores	15.485	9.485
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.485	9.485
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.690	5.179
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.690	5.174
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	4.690	5.174
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	5
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	380.429	380.348
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	380.429	380.348
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	380.429	380.348
2.01.05	Outras Obrigações	74.811	72.849
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	44.543	43.131
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	44.543	43.131
2.01.05.02	Outros	30.268	29.718
2.01.05.02.04	Arrendamentos a Pagar	570	613
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	29.698	29.105
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	14.407	13.946
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	14.407	13.946
2.02	Passivo Não Circulante	2.268.963	2.105.362
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	442.970	51.137
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.568	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.568	0
2.02.01.02	Debêntures	440.402	51.137
2.02.01.02.01	Debêntures Privadas	440.402	51.137
2.02.02	Outras Obrigações	1.438.370	1.443.361
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.331.795	1.327.839
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	988.739	984.641
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	343.056	343.198
2.02.02.02	Outros	106.575	115.522
2.02.02.02.03	Tributos a Recolher	3.375	3.661
2.02.02.02.04	Arrendamentos a Pagar	0	96
2.02.02.02.05	Fornecedores	35.523	44.067
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	67.677	67.698
2.02.04	Provisões	387.623	610.864
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	138.450	132.177
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	92.622	92.291
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.994	8.772
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	33.873	28.176
2.02.04.01.05	Provisões Administrativas	461	438
2.02.04.01.06	Provisões Regulatórias	2.500	2.500
2.02.04.02	Outras Provisões	249.173	478.687
2.02.04.02.04	Provisões para Perda sobre Investimento	249.173	478.687

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03	Patrimônio Líquido	-1.127.370	-1.107.637
2.03.01	Capital Social Realizado	2.919.019	2.919.019
2.03.01.01	Capital Social	2.960.776	2.960.776
2.03.01.02	Gasto na Emissão de Ações	-41.757	-41.757
2.03.02	Reservas de Capital	1	1
2.03.02.07	Reserva de Capital	1	1
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.024.210	-3.994.187
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.180	-32.470

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22	-367
3.02.01	Depreciação e Amortização	-22	-367
3.03	Resultado Bruto	-22	-367
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.625	-21.160
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.248	-13.645
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-334	-1.462
3.04.03.01	Depreciações e Amortizações	-334	-1.462
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	8	1.536
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.051	-7.589
3.04.06.01	Resultado de equivalência Patrimonial	-2.051	-7.589
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-19.647	-21.527
3.06	Resultado Financeiro	-10.376	-31.639
3.06.01	Receitas Financeiras	30	206
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.406	-31.845
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-30.023	-53.166
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-30.023	-53.166
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-30.023	-53.166
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,72000	-1,27000
3.99.01.02	PN	0,72000	-1,27000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,72000	-1,27000
3.99.02.02	PN	0,72000	-1,27000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-30.023	-53.166
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.290	12.297
4.02.03	Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controladora em conjunto	10.290	12.297
4.03	Resultado Abrangente do Período	-19.733	-40.869

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-10.994	-10.503
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.796	-8.858
6.01.01.01	Resultado do Período	-30.023	-53.166
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	356	1.829
6.01.01.03	Juros líquido sobre Partes Relacionadas	5.545	22.891
6.01.01.04	Juros sobre passivo de arrendamento	486	0
6.01.01.07	Juros sobre Aplicações Financeiras e Cauções	-4	-19
6.01.01.08	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.051	7.589
6.01.01.09	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.785	6.302
6.01.01.15	Atualização sobre Depósitos Judiciais	-8	61
6.01.01.16	Atualização e Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	6.273	5.272
6.01.01.17	Juros sobre contas a pagar	-257	383
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.802	-1.645
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	-1	-28
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	-534	-3.783
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Créditos com Fornecedores	-67	-795
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Outras Contas a Receber	-6	66
6.01.02.05	(Redução) Aumento em Fornecedores	604	2.925
6.01.02.06	(Redução) Aumento em Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	-853	18
6.01.02.07	(Redução) Aumento em Outras Contas a Pagar	572	0
6.01.02.08	(Aumento) redução em Contas a receber de clientes	150	0
6.01.02.10	(Redução) Aumento em Salários e férias a pagar	1.990	1.064
6.01.02.14	(Aumento) Redução em Depósitos judiciais	-53	-1.112
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-365.903	-19.610
6.02.01	Recursos para futuro aumento de capital	-351.731	0
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado em Serviço	-4	-24
6.02.03	Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	-756	-502
6.02.04	Aplicações financeiras	54	19
6.02.06	Partes Relacionadas	-13.466	-19.103
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	412.425	74.624
6.03.04	Partes Relacionadas	26.631	26.400
6.03.05	Valores recebidos de empréstimos, financiamentos e debêntures	389.129	51.000
6.03.09	Pagamento de passivos de arredamentos	-3.335	-2.776
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	35.528	44.511
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.070	81
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	45.598	44.592

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	1	0	-3.994.187	-32.470	-1.107.637
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	1	0	-3.994.187	-32.470	-1.107.637
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.023	10.290	-19.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.023	0	-30.023
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.290	10.290
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	10.290	10.290
5.07	Saldos Finais	2.919.019	1	0	-4.024.210	-22.180	-1.127.370

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	1	0	-4.016.621	-32.827	-1.130.428
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	1	0	-4.016.621	-32.827	-1.130.428
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-53.166	12.297	-40.869
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-53.166	0	-53.166
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	12.297	12.297
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	12.297	12.297
5.07	Saldos Finais	2.919.019	1	0	-4.069.787	-20.530	-1.171.297

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	156	753
7.01.02	Outras Receitas	156	753
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.411	-10.155
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.411	-10.155
7.03	Valor Adicionado Bruto	-13.255	-9.402
7.04	Retenções	-356	-1.829
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-356	-1.829
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-13.611	-11.231
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-2.019	-7.378
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.051	-7.589
7.06.02	Receitas Financeiras	32	211
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-15.630	-18.609
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-15.630	-18.609
7.08.01	Pessoal	3.657	3.654
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.302	3.015
7.08.01.02	Benefícios	261	449
7.08.01.03	F.G.T.S.	94	190
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	330	748
7.08.02.01	Federais	330	748
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.406	30.155
7.08.03.01	Juros	8.110	29.707
7.08.03.02	Aluguéis	1	11
7.08.03.03	Outras	2.295	437
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-30.023	-53.166
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-30.023	-53.166

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.651.789	2.296.932
1.01	Ativo Circulante	1.292.999	997.577
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	393.137	29.374
1.01.02	Aplicações Financeiras	65	18.777
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	65	18.777
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	65	18.777
1.01.03	Contas a Receber	4.214	4.220
1.01.03.01	Clientes	4.214	4.220
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.773	12.687
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.773	12.687
1.01.07	Despesas Antecipadas	944	722
1.01.07.01	Adiantamento a fornecedores	944	722
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	880.866	931.797
1.01.08.03	Outros	880.866	931.797
1.01.08.03.01	Outros Créditos	103	595
1.01.08.03.03	Despesas Antecipadas	2.970	1.090
1.01.08.03.04	Ativos Classificados como Mantidos para Venda	877.793	930.112
1.02	Ativo Não Circulante	1.358.790	1.299.355
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.568	3.554
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	246	296
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	246	296
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.322	3.258
1.02.01.10.03	Outros Créditos	60	60
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	3.262	3.198
1.02.03	Imobilizado	1.355.222	1.295.801
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.095	3.318
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	13.138	12.742
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.338.989	1.279.741

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.651.789	2.296.932
2.01	Passivo Circulante	736.890	725.038
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.616	7.471
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.616	7.471
2.01.02	Fornecedores	51.282	45.492
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	51.282	45.492
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.695	11.064
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.232	10.570
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	10.232	10.570
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	463	494
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	380.647	380.461
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	380.647	380.461
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	380.647	380.461
2.01.05	Outras Obrigações	160.132	154.726
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	44.543	43.131
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	44.543	43.131
2.01.05.02	Outros	115.589	111.595
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	93.555	93.538
2.01.05.02.05	Contas a pagar - CCEE/ Eletrobrás	21.376	17.373
2.01.05.02.06	Arrendamentos a pagar	658	684
2.01.06	Provisões	19.365	17.854
2.01.06.02	Outras Provisões	19.365	17.854
2.01.06.02.04	Provisão para contrato oneroso	19.365	17.854
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	105.153	107.970
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	105.153	107.970
2.02	Passivo Não Circulante	3.042.269	2.679.531
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.444.144	1.082.641
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.444.144	1.082.641
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.444.144	1.082.641
2.02.02	Outras Obrigações	1.458.984	1.463.583
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	988.739	984.641
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	988.739	984.641
2.02.02.02	Outros	470.245	478.942
2.02.02.02.03	Contas a pagar - CCEE/ Eletrobrás	41.752	40.778
2.02.02.02.04	Fornecedores	293.161	301.826
2.02.02.02.05	Tributos a recolher	18.757	20.275
2.02.02.02.06	Arrendamentos a pagar	13.374	12.840
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	103.201	103.223
2.02.04	Provisões	139.141	133.307
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	139.141	132.826
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	92.622	92.291
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.994	8.772
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	34.564	28.825
2.02.04.01.05	Provisões Administrativas	461	438
2.02.04.01.06	Provisões Regulatórias	2.500	2.500

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.04.02	Outras Provisões	0	481
2.02.04.02.04	Provisão para Contrato Oneroso	0	481
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-1.127.370	-1.107.637
2.03.01	Capital Social Realizado	2.919.019	2.919.019
2.03.01.01	Capital social	2.960.776	2.960.776
2.03.01.02	Gasto na emissão de ações	-41.757	-41.757
2.03.02	Reservas de Capital	1	1
2.03.02.07	Reservas de Capital	1	1
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.024.210	-3.994.187
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.180	-32.470

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	22.581	12.332
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.657	-4.046
3.02.01	Depreciação e Amortização	-22	-1.893
3.02.02	Custo de Operação	-1.636	-1.955
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Distribuição	-249	-198
3.02.04	Custo com compra de energia	-16.750	0
3.03	Resultado Bruto	3.924	8.286
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.252	16.632
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.352	-18.046
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	-3.646
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.766	23.268
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-462	-1.620
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-12.304	24.888
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	27.866	15.056
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	27.866	15.056
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.328	24.918
3.06	Resultado Financeiro	-24.281	-77.644
3.06.01	Receitas Financeiras	703	322
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.984	-77.966
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-29.609	-52.726
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-414	-440
3.08.01	Corrente	-391	-350
3.08.02	Diferido	-23	-90
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-30.023	-53.166
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-30.023	-53.166
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-30.023	-53.166
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-30.023	-53.166
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.290	12.297
4.02.03	Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	10.290	12.297
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-19.733	-40.869
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-19.733	-40.869

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.705	28.179
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-19.309	-15.950
6.01.01.01	Resultado do Período	-30.023	-53.166
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	484	3.513
6.01.01.03	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Imobilizado	0	3.646
6.01.01.04	Comissões e Outras Penalidades	0	941
6.01.01.05	Baixas de Ativo Imobilizado	0	416
6.01.01.06	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.715	40.959
6.01.01.07	Juros sobre Aplicações Financeiras e Cauções	-654	-237
6.01.01.09	Juros (Líquido) sobre partes relacionadas	5.545	18.520
6.01.01.10	Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	6.315	2.011
6.01.01.11	Apropriação dos Custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	124	4
6.01.01.12	Impostos Diferidos	50	198
6.01.01.13	Juros sobre contas a pagar	1.298	12.026
6.01.01.14	Multa sobre ressarcimento	7.497	3.771
6.01.01.15	Atualização e provisão (reversão) CCEE/Eletronbras	876	-503
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	-27.866	-15.056
6.01.01.17	Atualização Depósitos Judiciais	-10	76
6.01.01.18	Reversão provisão para contrato oneroso	1.030	-33.069
6.01.01.19	Juros sobre passivo de arrendamento	1.310	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.909	-6.570
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber de Clientes	-384	-1.290
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	-1.085	-629
6.01.02.03	(Aumento) Redução em depósitos judiciais	-54	-1.144
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Créditos com Fornecedores	-310	-826
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Outras Contas a Receber	492	1.053
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	-1.827	-5.176
6.01.02.07	(Redução) Aumento em Fornecedores	-1.253	2.931
6.01.02.08	(Redução) Aumento em Outras Contas	-76	-241
6.01.02.09	(Redução) Aumento em Tributos a Recolher	-1.617	-262
6.01.02.10	(Redução) Aumento em Salários e Férias a Pagar	1.349	1.063
6.01.02.11	(Redução) Aumento em Contas a Pagar - CCEE/Eletronbras	-4.144	-2.049
6.01.03	Outros	38.923	50.699
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-470	-580
6.01.03.02	Pagamentos de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-1.407	-1.223
6.01.03.04	Dividendos recebidos	40.800	52.502
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	7.675	-46
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado em Serviço	-19	-26
6.02.03	Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	-4.806	-1.405
6.02.05	Aplicações Financeiras	12.500	1.385
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	341.675	20.972
6.03.03	Pagamentos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-2.782	-1.945
6.03.04	Pagamento de passivos de arrendamento	-3.581	-3.519
6.03.05	Partes relacionadas	-35	26.436

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.03.07	Custos na Captação de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-14.392	0
6.03.09	Valores Recebidos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	362.465	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	360.055	49.105
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	29.374	4.782
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	389.429	53.887

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	1	0	-3.994.187	-32.470	-1.107.637	0	-1.107.637
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	1	0	-3.994.187	-32.470	-1.107.637	0	-1.107.637
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.023	10.290	-19.733	0	-19.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.023	0	-30.023	0	-30.023
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.290	10.290	0	10.290
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	10.290	10.290	0	10.290
5.07	Saldos Finais	2.919.019	1	0	-4.024.210	-22.180	-1.127.370	0	-1.127.370

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	1	0	-4.016.621	-32.827	-1.130.428	0	-1.130.428
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	1	0	-4.016.621	-32.827	-1.130.428	0	-1.130.428
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-53.166	12.297	-40.869	0	-40.869
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-53.166	0	-53.166	0	-53.166
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	12.297	12.297	0	12.297
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	12.297	12.297	0	12.297
5.07	Saldos Finais	2.919.019	1	0	-4.069.787	-20.530	-1.171.297	0	-1.171.297

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	24.928	13.552
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	24.126	12.799
7.01.02	Outras Receitas	802	753
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-47.370	6.972
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-18.658	-2.173
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.712	12.791
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-3.646
7.03	Valor Adicionado Bruto	-22.442	20.524
7.04	Retenções	-484	-3.513
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-484	-3.513
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-22.926	17.011
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.602	15.388
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	27.866	15.056
7.06.02	Receitas Financeiras	736	332
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.676	32.399
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.676	32.399
7.08.01	Pessoal	7.550	6.939
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.277	5.678
7.08.01.02	Benefícios	937	906
7.08.01.03	F.G.T.S.	336	355
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.071	2.211
7.08.02.01	Federais	3.071	2.211
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.078	76.415
7.08.03.01	Juros	21.649	74.377
7.08.03.02	Aluguéis	94	150
7.08.03.03	Outras	3.335	1.888
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-30.023	-53.166
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-30.023	-53.166



RELEASE DE RESULTADOS 1T21

São Paulo, 14 de maio 2021

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021



**RESULTADO FINANCEIRO
NEGATIVO**

R\$ 24,2 MM



PREZÚZO DO PERÍODO

R\$ 30 MM



EBITDA

**EBITDA
4,2
MM**



DADOS DE MERCADO EM 31/03/2021

RNEW11 = R\$12,78/Unit

VALOR DE MERCADO

RNEW11 = R\$ 177,7 milhões



SUMÁRIO

Mensagem da Administração.....	02
Plano de Recuperação Judicial.....	03
Demonstração de Resultados.....	07
Fluxo de Caixa.....	13
Análise do Balanço Patrimonial.....	15
Desempenho RNEW11 na BM&FBOVESPA..	18
Estrutura Acionária.....	19
Glossário.....	20



CONTATO

ri@renovaenergia.com.br

+55 (11) 3509-1100

TELECONFERÊNCIA DE RESULTADOS

25 de maio de 2021

16h00 (BRT) e 17h00 (EDT)

**Slides da apresentação e áudio estarão
disponíveis em:**

<http://ri.renovaenergia.com.br>



1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme informado ao mercado, no dia 16 de outubro de 2019, para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro e honrar os compromissos assumidos com seus diversos stakeholders, a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, o qual foi deferido na mesma data.

No dia 18 de dezembro de 2020, a Companhia e determinadas controladas protocolaram dois novos planos de recuperação judicial, sendo um para as Sociedades Consolidadas e outro para as Sociedades do Projeto Alto Sertão III Fase A, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021.

Seguindo as diretrizes do Plano de Recuperação Judicial, no dia 02 de março de 2021 a Companhia informou ao mercado que assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações da Unidade Produtiva Isolada (UPI) do Complexo Alto Sertão III – Fase B, nos termos previstos no Edital, publicado em 27 de janeiro de 2021. A venda aconteceu através de um Leilão por Proposta Fechada, onde a vencedora do processo competitivo foi a Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, gerido pela Prisma Capital Ltda, nos dias 05 e 06 de abril a Companhia recebeu o montante de R\$50,7 milhões, dos quais R\$ 21 milhões já foram utilizados para pagamento de credores.

Também, conforme previsto no plano, foi recebido o valor de aproximadamente R\$ 362,5 milhões provenientes do empréstimo na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participações S.A. - em Recuperação Judicial e coobrigações da Companhia e da Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário estruturada pela Quadra Gestão de Recursos S.A. e emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., conforme previsto e autorizado no âmbito do Processo de Recuperação Judicial. Os recursos obtidos estão sendo utilizados para conclusão e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

Outra diretriz do Plano de Recuperação Judicial que foi divulgada, refere-se ao primeiro Processo de Aumento de Capital e Conversão, aprovado no dia primeiro de março com o valor de até R\$ 1,4 bilhões, sendo admitida a homologação parcial, caso o valor subscrito seja igual ou superior a R\$ 332,4 milhões que corresponde ao valor dos créditos a serem capitalizados nos termos dos Planos. A Homologação parcial aconteceu no dia 06 de maio de 2021.

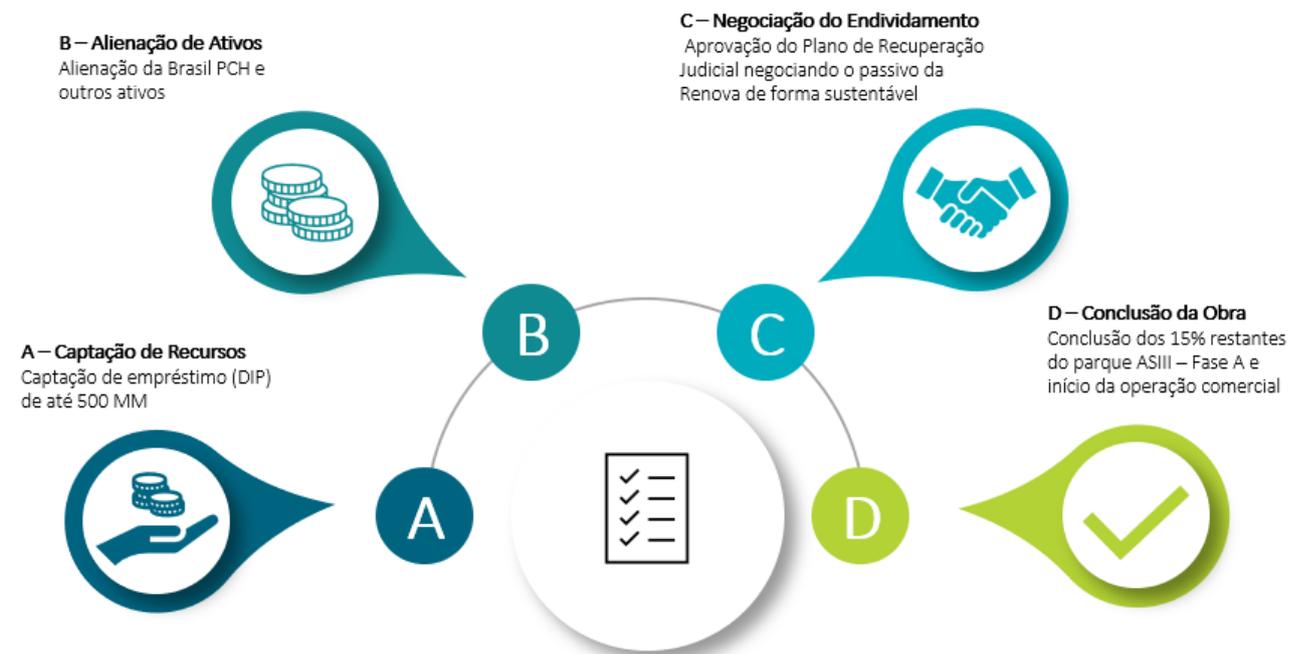
Seguindo o cronograma estabelecido no Plano de Recuperação Judicial, deu-se início aos pagamentos de credores, com a amortização de R\$ 10 milhões ao BNDES (Classe II) e R\$ 10 milhões ao Citibank (extraconcursal) conforme os acordos homologados. Posteriormente, quando do recebimento dos recursos da venda da Unidade Produtiva Isolada (UPI) do Complexo Alto Sertão III – Fase B, foram pagos mais R\$12,8 milhões ao Citibank e R\$ 5,2 milhões para BNDES. Também foi pago o valor de até R\$ 10 mil reais a cada credor trabalhistas (Classe I), os credores quirografários, onde foi pago a cada credor o montante de até R\$ 2 mil reais, e os credores ME e EPP (Classe IV) onde foi pago o valor de até R\$ 20 mil reais a cada credor.

O sucesso das ações apresentadas acima, bem como a finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A são pilares estratégicos e fundamentais para o saudável soerguimento da Companhia, além de marcos relevantes do compromisso dos administradores com o plano de reestruturação do Grupo Renova.

2. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

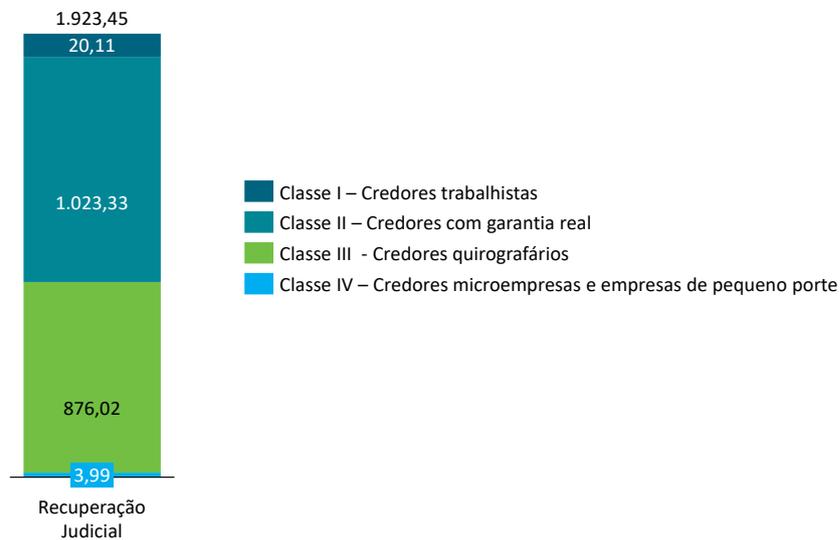
Conforme mencionado anteriormente, em 18 de dezembro de 2020, a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores realizada nessa mesma data. Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021.

2.1. Recuperação financeira



2.2. Passivos Grupo Renova

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes conforme apresentado a seguir:



2.3. Pagamento dos Credores

Classe I – Trabalhistas

Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano.

Pagamento de até R\$ 10 mil em até 60 dias, contados da data de publicação da decisão da homologação do PRJ.

Saldo após o pagamento inicial:

- Opção A: 100% em parcela única em até 12 meses com juros de TR+0,5% a.a.;
- Opção B: 100% com 6 meses de carência e amortização em 18 meses com juros de 120% CDI, contados a partir da homologação.

Classe II – Garantia Real

Remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial.

Carência de 24 meses a contar da data da publicação do plano. Durante esse período serão realizados pagamentos semestrais no valor total de R\$ 100 mil para todos os Credores Classe II, divididos *pro rata* conforme seus créditos, iniciando-se o primeiro pagamento 6 meses após a publicação da decisão de homologação do plano.

Saldo:

- Os juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal;
- O principal será pago de acordo com a escala abaixo:



Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%
Ano 4	2,5%	2,5%
Ano 5	2,5%	2,5%
Ano 6	2,5%	2,5%
Ano 7	2,5%	2,5%
Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 11	16,0%	18,0%

Na hipótese de venda da UPI Diamantina e caso os recursos obtidos não sejam suficientes para a quitação integral dos Créditos com Garantia Real, o saldo será pago em parcela única na data da última parcela prevista no fluxo de pagamentos acima

Classe III – Quirografários

R\$ 2 mil reais para cada credor, sendo 50% em 90 dias e 50% em 180 dias a contar da data de publicação da decisão de homologação.

Saldo:

- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescidos da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial;
- Pagamentos semestrais durante o período de carência de 24 meses, no valor total de R\$ 100 mil a serem divididos *pro rata* entre todos os Credores Classe III, conforme seus créditos, iniciando-se o primeiro pagamento 6 meses após a homologação do plano;
- Os juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal;
- Amortização em 24 parcelas semestrais após a carência de principal, de acordo com a escala abaixo.

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%
Ano 4	2,5%	2,5%
Ano 5	2,5%	2,5%
Ano 6	2,5%	2,5%
Ano 7	2,5%	2,5%
Ano 8	2,5%	2,5%
Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 14	10,0%	12,5%

Na hipótese de venda da UPI Diamantina e caso os Créditos com Garantia Real tenham ainda um saldo de R\$ 150 milhões, 50% do saldo dos créditos ASIII Fase A Quirografários será pago em parcela única na data da última parcela prevista no fluxo de pagamentos acima.



Classe IV – Micro e Pequenas Empresas

Pagamento de até R\$ 20 mil por credor em até 90 dias, contados da data de publicação da decisão de homologação do PRJ.

Juros de 100% do CDI, contados da data de homologação, pagos na liquidação.

Saldo após o pagamento inicial:

- Amortizado em até 12 meses a partir da homologação do PRJ.

2.4. Conversão de Créditos

Todos os credores concursais e credores extraconcursais poderão converter, a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus créditos, que tenham fato gerador anterior à data do pedido, em capital social da Companhia, nas seguintes condições:

- Opção a ser realizada em até 24 meses conforme tabela abaixo:

	De*	Para*
1ª Janela do Pedido de Conversão	D+0	D+30
1º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+31	D+120
2ª Janela do Pedido de Conversão	D+121	D+150
2º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+151	D+270
3ª Janela do Pedido de Conversão	D+271	D+300
3º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+300	D+390
4ª Janela do Pedido de Conversão	D+391	D+420
4º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+421	D+510
5ª Janela do Pedido de Conversão	D+511	D+540
5º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+541	D+630
6ª Janela do Pedido de Conversão	D+631	D+660
6º Processo de Aumento de Capital e Conver	D+661	D+740

*D=Data de Homologação

- A primeira foi homologada no dia 06 de maio de 2021;
- As conversões poderão ocorrer em ações ordinárias ou preferenciais.
- As conversões subsequentes não poderão se realizar em intervalos inferiores a 90 dias, e o valor mínimo agregado dos créditos a serem convertidos não poderão ser inferiores a R\$ 15 milhões;
- O preço de conversão para a capitalização de créditos será equivalente ao preço médio ponderado por volume das ações da Companhia na B3 verificado nos 30 pregões anteriores à data do pedido.
- Segue abaixo relação de ações dos credores que converteram seus créditos em ações no primeiro aumento de capital da Companhia, esses créditos totalizaram 58,2% do total de ações da Renova:



Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Ricardo Lopes Delneri	10.238.748	20,13%	20.477.497	41,55%	30.716.245	30,67%
Renato do Amaral Figueiredo	5.728.642	11,26%	11.457.284	23,25%	17.185.926	17,16%
Mauricio José Palmieri Orlandi	70.089	0,14%	140.177	0,28%	210.266	0,21%
Claudio Ribeiro da Silva Neto	163.540	0,32%	327.080	0,66%	490.620	0,49%
Walter Milan Tatoni	116.814	0,23%	233.629	0,47%	350.443	0,35%
Transdata Engenharia e Movimentação Ltda.	1.397.850	2,75%	2.795.699	5,67%	4.193.549	4,19%
Daniel Gallo	24.858	0,05%	49.717	0,10%	74.575	0,07%
Daniel Teruo Famanó	24.858	0,05%	49.717	0,10%	74.575	0,07%
Seta Engenharia S.A.	1.235.437	2,43%	2.470.874	5,01%	3.706.311	3,70%
GI Energy Engenharia Ltda.	187.615	0,37%	375.231	0,76%	562.846	0,56%
Elite Engenharia e Assessoria em Projetos Eólicos Ltda.	246.692	0,49%	493.384	1,00%	740.076	0,74%
Total	19.435.143	38,2%	38.870.289	78,9%	58.305.432	58,2%

2.5. Alienação de ativos

UPI ASIII Fase B

Em março essa UPI foi alienada ao fundo PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Prisma Capital LTDA, o valor da alienação, R\$50,7 milhões foi depositado nos dias 05 e 06 de abril. As Partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da Transação.

Brasil PCH

Após a homologação do plano foi contratado o Santander *Corporate & Investment Banking* para alienação da UPI Brasil PCH, segundo o plano o prazo limite para o primeiro leilão é 16 de agosto de 2021, mas se antes dessa data receber uma proposta vinculante conta-se 60 dias dela para realizar o leilão.

Enerbrás, Mina de Ouro e Pipeline

Foi contratada a Virtus BR Partners para alienação das UPIS Enerbrás, Mina de Ouro e Pipeline. Sendo que não existe um prazo para o leilão da Enerbrás, a Companhia prevê que acontecerá ainda neste ano, o prazo do leilão de Mina de Ouro e Pipeline são respectivamente em 15 de julho de 2021 e 16 de agosto de 2021.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

3. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADO

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T21	1T20	Varição
Receita operacional bruta	24.126	12.799	88,5%
(-) Impostos - Pis, Cofins e ICMS	(1.545)	(467)	230,8%
Receita operacional líquida (ROL)	22.581	12.332	83,1%
Custos não gerenciáveis	(249)	(198)	25,8%



Custos gerenciáveis	(18.386)	(1.955)	840,5%
Depreciações e amortizações	(22)	(1.893)	-98,8%
Lucro (prejuízo) bruto	3.924	8.286	-52,6%
Despesas administrativas	(36.656)	6.842	n.a
Depreciações e amortizações administrativas	(462)	(1.620)	-71,5%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(3.646)	n.a
Receitas (despesas) financeiras	(24.281)	(77.644)	-68,7%
Resultado de equivalência patrimonial	27.866	24.132	53,1%
Amortização da mais valia	-	(9.076)	n.a
IR e CS	(414)	(440)	-5,9%
Prejuízo do período	(30.023)	(53.166)	-43,5%

A Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 30 milhões no 1T21 em comparação com o de R\$ 53,1 milhões do 1T20 devido principalmente: (i) perdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada direta Renova Comercializadora, (ii) resultado positivo de equivalência patrimonial, e (iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores, operações com partes relacionadas.

3.1. Receita operacional líquida consolidada

No primeiro trimestre de 2021, a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 22,5 milhões.

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T21	1T20	Variação
Receita líquida – PCHs	11.802	12.332	-4,3%
Receita líquida - Comercialização de energia	10.779	-	n.a
Receita operacional líquida (ROL)	22.581	12.332	83,1%

O aumento de R\$ 10,2 milhões na receita no 1T21 deve-se ao contrato Light I que estava suspenso no mesmo período do ano anterior.

3.2. Custos consolidados

Os custos de produção de energia incluem custos gerenciáveis e não gerenciáveis.

Custos não gerenciáveis: (i) tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba (concessionária na qual as PCHs da ESPRA se conectam), e tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente ao sistema de transmissão; (ii) taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No 1T21 os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 249 mil, apresentando um aumento de 25,8%.

Custos gerenciáveis: (i) atividades de operação e manutenção dos parques eólicos e PCHs, e (ii) compra de energia.



(Valores em R\$ mil)	1T21	1T20	Varição
Serviços de terceiros	841	1.016	-17,2%
Seguros	52	51	2,0%
Material de uso e consumo	188	349	-46,1%
Energia para revenda	16.750	-	n.a
Repactuação do risco hidrológico	550	532	3,4%
Outras	5	7	-28,6%
Total	18.386	1.955	n.a

O contrato Light I esteve suspenso entre 20 de fevereiro de 2019 até 31 de julho de 2020, por esse motivo não foram registrados gastos com compra de energia para revenda no 1T20. Com o retorno do contrato em agosto de 2020, os custos gerenciáveis no primeiro trimestre do ano somaram R\$ 18,3 milhões, aumento de R\$ 16,4 milhões comparado ao mesmo período do ano anterior.

3.3. Despesas consolidadas

As despesas registradas no primeiro trimestre de 2021 totalizaram aproximadamente R\$36,6 milhões. Considerando apenas o SG&A, houve um aumento de 22,4% em relação ao mesmo período de 2020.

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T21	1T20	Varição
Pessoal e Administradores	7.833	7.327	6,9%
Serviços de Terceiros	9.275	6.523	42,2%
Aluguéis e arrendamentos	94	150	-37,3%
Viagens	122	205	-40,5%
Seguros	1.078	833	29,4%
Telefonia e TI	657	361	82,0%
Material de uso e consumo	116	261	-55,6%
Subtotal SG&A	19.175	15.660	22,4%
Contingências cíveis e trabalhistas	4.452	2.129	109,1%
Licenças e estudos ambientais	227	426	-95,1%
Taxas regulatórias	3.588	5.531	n.a
Contrato oneroso	1.030	(33.069)	n.a
Multa sobre ressarcimento	7.497	3.771	98,8%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	3.646	n.a
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/confins	-	(3)	n.a
Outras	687	(1.287)	n.a
Total	36.656	(3.196)	n.a

As principais variações nas despesas apresentadas no quadro acima devem-se a:



- **Serviços de terceiros:** a Companhia registra nessa rubrica gastos com consultoria, auditoria, advogados, publicação de balanços e limpeza e segurança dos parques eólicos. No 1T21 a Companhia registrou um aumento de gastos com assessoria, consultoria e advogados relacionados, principalmente, com a recuperação judicial.
- **Contingências cíveis e trabalhistas:** aumento devido ao complemento de provisão cível ajuizada por terceiros.
- **Taxas regulatórias:** redução ocorreu devido principalmente, a suspensão da cobrança da TUST para os parques da Fase B a partir de agosto de 2020.
- **Contrato oneroso:** a diferença dos valores reconhecidos em cada período reflete a revisão dos efeitos dos contratos onerosos face aos preços de compra de energia praticados no mercado
- **Multa sobre ressarcimento:** considerando a regra do contrato do LER 2013, em 2020, ano seguinte ao fechamento do quadriênio o ressarcimento por desvios negativos de geração que foi valorado a 106% e em 2021 volta a ser valorado a 130%.
- **Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado:** no primeiro trimestre de 2020 a Companhia reconheceu uma perda no valor recuperável do ativo imobilizado do Alto Sertão III, no montante de R\$3,6 milhões. A taxa de desconto real (calculada através do custo médio ponderado de capital - WACC) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 8,89% ao ano.

3.4. Resultado financeiro consolidado

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T21	1T20	Varição
Receitas Financeiras	703	322	118,3%
Rendimentos aplicações financeiras	654	237	175,9%
Outras receitas financeiras	49	85	-42,4%
Despesas Financeiras	(24.984)	(77.966)	-68,0%
Encargos de dívida	(14.715)	(40.959)	-64,1%
Juros partes relacionadas	(5.545)	(18.520)	-70,1%
Outras despesas financeiras	(4.724)	(18.487)	-74,4%
Resultado Financeiro	(24.281)	(77.644)	-68,7%

As **receitas financeiras** totalizaram R\$ 703 mil reais no primeiro trimestre de 2021, aumento de R\$ 381 mil reais.

As **despesas financeiras** reduziram 68% devido principalmente a aprovação do plano de recuperação judicial, onde as dívidas foram renegociadas a juros mais baixos.

O **resultado financeiro** líquido da Companhia no primeiro trimestre de 2021 foi negativo em aproximadamente R\$ 24,3 milhões, uma redução de 68,7% em relação ao período anterior.



3.5. Resultado de equivalência patrimonial

No primeiro trimestre de 2021, a receita líquida consolidada da Brasil PCH totalizou 123,5 milhões, aumento de 9,8% comparado ao mesmo período de 2020.

Brasil PCH (100%)			
(Valores em R\$ mil)	1T21	1T20	Varição
Receita líquida	123.466	112.458	9,8%
Custo com depreciações	(9.245)	(9.303)	-0,6%
Outros custos	(14.802)	(13.861)	6,8%
Despesas gerais e administrativas	(3.781)	(4.578)	-17,4%
Reversão (perda) com contrato oneroso	21	(3.165)	n.a
Resultado financeiro	(37.094)	(30.653)	21,0%
IR e CSLL	(3.925)	(3.580)	9,6%
Lucro líquido do período	54.640	47.318	15,5%

O resultado financeiro líquido da Brasil PCH no 1T21 foi negativo em R\$ 37,1 milhões, apresentando um aumento de 21% em relação ao 1T20.

O resultado do período findo em 31 de março 2021 foi impactado substancialmente pelo: (i) aumento da receita líquida; (ii) redução da exposição acumulada no contrato oneroso; e (iii) aumento do resultado financeiro negativo em função do aumento nos juros relacionados as debêntures.

A Renova, por meio da Chipley, reconhece 51% do resultado da Brasil PCH, conforme demonstrado no quadro abaixo e refletido no resultado da Renova no período.

Renova (51% Brasil PCH)	1T21
Equivalência patrimonial	27.866
Amortização da mais valia	-
Resultado	27.866

A Brasil PCH se encontra na linha de ativos mantidos para venda, desta forma neste trimestre não tivemos reconhecimento de amortização da mais valia.

3.6. Imposto de renda, contribuição social e resultado líquido

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é



calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No primeiro trimestre de 2021, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$ 414 mil, em comparação a R\$ 440 mil no mesmo período do ano anterior.

A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 30 milhões, ante ao prejuízo de R\$ 53,1 milhões do primeiro trimestre de 2020.

3.7. EBITDA

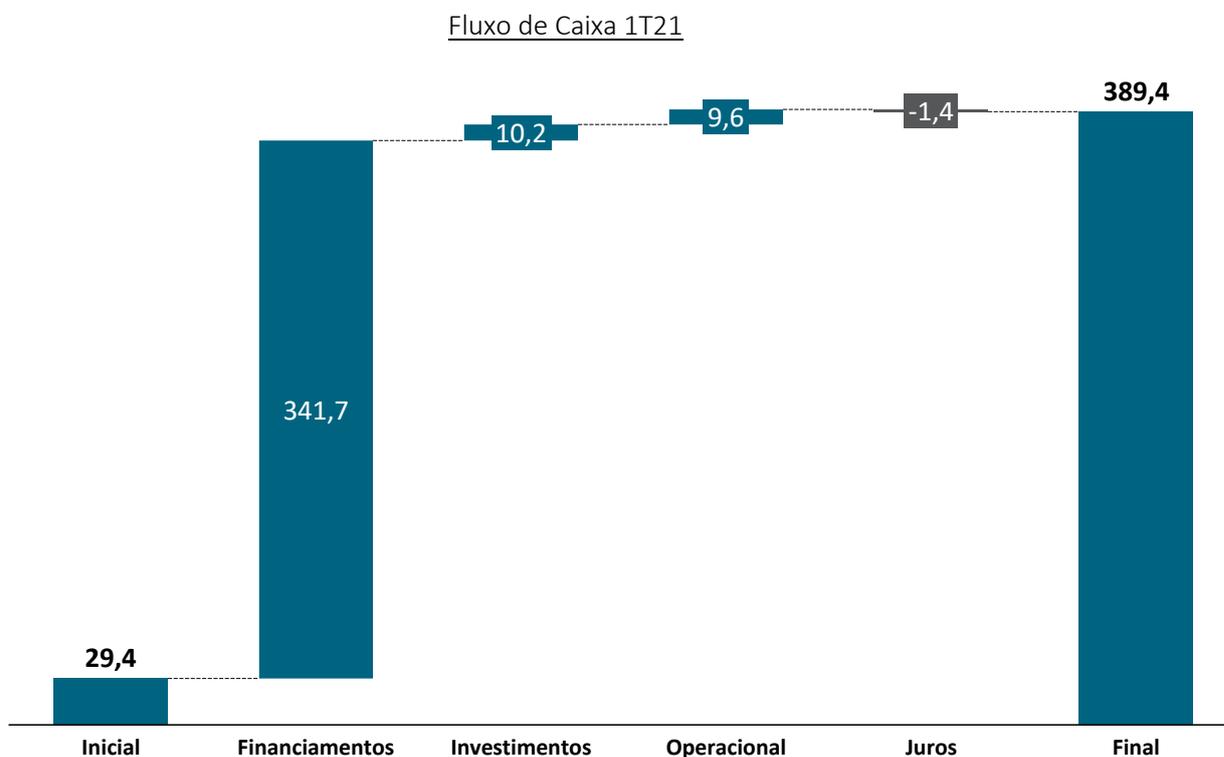
Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T21	1T20	Variação
Receita operacional líquida (ROL)	22.581	12.332	83,1%
Prejuízo do período	(30.023)	(53.166)	-43,5%
(+) IR e CS	414	440	-5,9%
(+) Depreciação e amortização	484	12.589	-24,1%
(+) Despesas Financeiras	24.984	77.966	n.a
(-) Receitas Financeiras	(703)	(322)	118,3%
EBITDA¹	(4.844)	37.507	-88,7%
(+) Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	3.646	-100,0%
EBITDA ajustado²	(4.844)	41.153	-89,7%

¹ EBITDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia e não revisada pelos auditores independentes, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no prejuízo líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social.

² A Companhia ajusta o EBITDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

No primeiro trimestre de 2021, o EBITDA da Companhia foi negativado em R\$ 4,8 milhões.

4. FLUXO DE CAIXA



No primeiro trimestre de 2021, o caixa da Renova apresentou um aumento de R\$ 360 milhões em relação à posição de 31 de dezembro de 2020. As variações são decorrentes de:

- **Operacional (+):** aplicação de caixa nas atividades operacionais de R\$ 9,6 milhões, líquidos do pagamento de juros.
- **Pagamento de juros (-)** sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 1,4 milhões.
- **Financiamentos (-):** aumento de R\$ 341,7 milhões referentes ao empréstimo na modalidade DIP.
- **Investimentos (+):** aumento de R\$ 10,2 milhões referentes à aplicações financeiras e aquisição de imobilizado.



5. ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Balanco Patrimonial							
Valores em R\$ mil							
Ativo Consolidado				Passivo Consolidado			
	31/03/2021	31/12/2020	30/09/2020		31/03/2021	31/12/2020	30/09/2020
Circulante	1.292.999	997.577	129.273	Circulante	736.890	725.038	3.301.320
Caixa	393.137	29.374	30.358	Empréstimos e Financiamentos	380.647	380.461	1.628.202
Aplicações financeiras	65	18.777	44.105	Fornecedores	51.282	45.492	389.445
Clientes	4.214	4.220	7.914	Partes Relacionadas	44.543	43.131	1.063.002
Outros	17.790	15.094	46.896	Outros	155.265	147.984	220.671
Ativos mantidos para venda	877.793	930.112	-	Passivos diretamente ass. a ativos	105.153	107.970	-
Não Circulante	1.358.790	1.299.355	2.192.061	Não Circulante	3.042.269	2.679.531	371.102
Aplicações financeiras	246	296	296	Empréstimos e Financiamentos	1.444.144	1.082.641	52.851
Cauções e Depósitos	-	-	11.759	Partes Relacionadas	988.739	984.641	44.710
Outros	3.322	3.258	3.730	Outros	609.386	612.249	273.541
Investimentos	-	-	502.164	Patrimônio Líquido Negativo	(1.127.370)	(1.107.637)	(1.351.088)
Imobilizado	1.355.222	1.295.801	1.674.112	Capital Social	2.919.019	2.919.019	2.919.019
				Reserva de Capital	1	1	1
				Ajuste de avaliação patrimonial	(22.180)	(32.470)	(30.548)
				Prejuízos Acumulados	(4.024.210)	(3.994.187)	(4.239.560)
Ativo Total	2.651.789	2.296.932	2.321.334	Passivo Total	2.651.789	2.296.932	2.321.334

5.1. Ativo

Em 31 de março de 2020, o valor de disponibilidades (caixa + aplicações financeiras) era de R\$ 393,2 milhões, apresentando um aumento de 345,1 milhões em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020. Aumento provenientes do recebimento do empréstimo DIP.

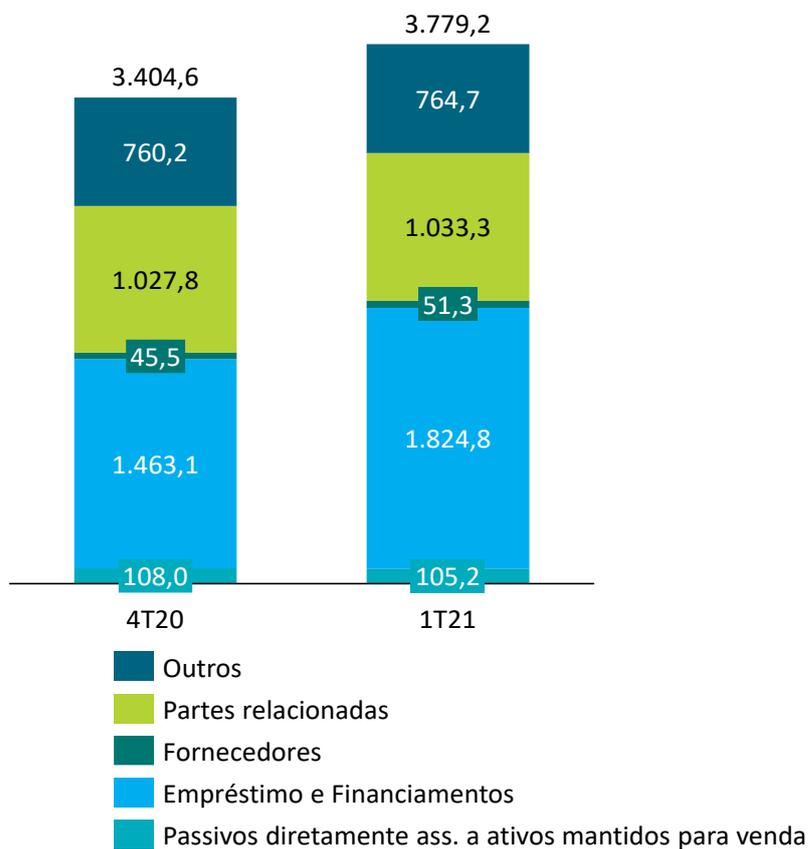
5.2. Passivo

O passivo apresentou um aumento de 11% no 1T21 chegando a aproximadamente R\$ 3,8 bilhões.

Conforme mencionado no item 2.5, os planos de recuperação judicial preveem a alienação da UPI Brasil PCH, UPI Mina de Ouro, UPI Enerbras e UPI AS III Fase B. Assim, em 31 de março de 2021, os ativos e passivos relacionados a essas UPIs e a outros projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.



Evolução Passivo Total – R\$ milhões





Contrato	Taxa	R\$ mil
Citibank	100% CDI ¹	82.999
Banco Bradesco	0,5% a.a. + TR ¹	4.697
Banco Safra	0,5% a.a. + TR ¹	2.570
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica	100% CDI ¹	464.780
BNB ² - ESPRA	9,5% a.a. (8,08% a.a.)	62.640
Citibank	100% CDI ¹	189.838
BTG Pactual	155% CDI	190.589
Banco Itaú	0,5% a.a. + TR ¹	4.527
Banco Modal	0,5% a.a. + TR ¹	21.494
Banco Bradesco	100% CDI ¹	336.890
Banco Itaú	100% CDI ¹	123.251
Banco ABC	100% CDI ¹	49.302
Subtotal do endividamento		1.533.577
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda		(62.640)
DIP Quadra	15% a.a.	368.122
Custo de captação da operação		(14.268)
Total do endividamento		1.824.791
Disponibilidades ³		393.448
Dívida líquida		1.431.343

¹As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

²O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência).

³Considera caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras.

Em 17 de dezembro de 2020, a controlada Chipley assinou contrato de empréstimo na modalidade DIP, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda ("Quadra Capital"), no valor de R\$ 350 milhões, com coobrigações da Companhia e da controlada Renovapar, conforme previsto e autorizado no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.

Em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante atualizado de R\$ 362,4 milhões que serão utilizados para a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

5.3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o trimestre em aproximadamente R\$ 1,1 bilhões negativos e aumento em R\$19,7 milhões em relação ao 4T20.



6. DESEMPENHO DA RNEW11 NA BM&FBOVESPA

Segue o desempenho relativo aos últimos 12 meses da RNEW11 em comparação com o Índice Bovespa e Índice de Energia Elétrica.



Com as ferramentas do website da Companhia e do relacionamento constante com acionistas e potenciais investidores em eventos públicos e eventos organizados por bancos de investimento, a área de Relação com Investidores da Renova busca atuar de maneira transparente junto ao mercado, atualizando seus investidores do seu posicionamento, seus projetos em desenvolvimento e perspectivas.

As informações e publicações da Companhia podem ser acessadas no website da Companhia (www.renovaenergia.com.br), no qual também ganham destaque as principais notícias do setor que possam impactar o plano de negócios da Companhia.



7. PREJUÍZO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

Renova Energia S.A.		
	1T21	1T20
Lucro líquido (Prejuízo)	(30.023)	(53.166)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(0,72)	(1,27)

8. ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 31 de março de 2021, o capital social da Renova estava dividido da seguinte maneira:

Acionistas	RENOVA ENERGIA				Total de Ações	
	Ações ON		Ações PN			
Bloco de Controle	26.328.648	83,9762%	1	0,0000%	26.328.649	63,1084%
RICARDO LOPES DELNERI	1.642.183	5,2378%	-	0,0000%	1.642.183	3,9362%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO	884.252	2,8204%	-	0,0000%	884.252	2,1195%
CG II FUNDO DE INVESTIMENTO	8.686.842	27,7070%	-	0,0000%	8.686.842	20,8219%
Cemig GT	15.115.371	48,2110%	1	0,0000%	15.115.372	36,2308%
Outros Acionistas	5.023.870	16,0238%	10.367.205	100,0000%	15.391.075	36,8916%
CG II FUNDO DE INVESTIMENTO	27.359	0,0873%	406.795	3,9239%	434.154	1,0406%
RICARDO LOPES DELNERI	170	0,0005%	317	0,0031%	487	0,0012%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO ¹	36.162	0,1153%	-	0,0000%	36.162	0,0867%
BNDESPAR	696.683	2,2221%	1.393.366	13,4401%	2.090.049	5,0097%
SPECTRA VOLPI F DE INVEST EM PART. MULTISTRATEGIA	1.712.178	5,4611%	3.424.354	33,0306%	5.136.532	12,3120%
Outros	2.551.318	8,1375%	5.142.373	49,6023%	7.693.691	18,4414%
Total	31.352.518	100,0000%	10.367.206	100,0000%	41.719.724	100,0000%

¹Ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR



No dia 6 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334,4, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a “1ª Janela do Pedido de Conversão” foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida concursal do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial da Companhia.

O capital social da Companhia passa a ser de R\$ 3,295 bilhões, dividido em 100.142.466 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50.854.986 ações ordinárias e 49.287.480 ações preferenciais distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA (DEPOIS DO AUMENTO DE CAPITAL)						
Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.328.648	51,7720%	1	0,0000%	26.328.649	26,2912%
RICARDO LOPES DELNERI	1.642.183	3,2291%	-	0,0000%	1.642.183	1,6398%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO	884.252	1,7388%	-	0,0000%	884.252	0,8830%
CG II FUNDO DE INVESTIMENTO	8.686.842	17,0816%	-	0,0000%	8.686.842	8,6745%
Cemig GT	15.115.371	29,7225%	1	0,0000%	15.115.372	15,0939%
Outros Acionistas	24.526.338	48,2280%	49.287.479	100,0000%	73.813.817	73,7088%
CG II FUNDO DE INVESTIMENTO	27.359	0,0538%	406.795	0,8254%	434.154	0,4335%
RICARDO LOPES DELNERI	10.238.918	20,1336%	20.477.814	41,5477%	30.716.732	30,6730%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO'	36.162	0,0711%	-	0,0000%	36.162	0,0361%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO	5.728.642	11,2647%	11.457.284	23,2458%	17.185.926	17,1615%
BNDESPAR	696.683	1,3699%	1.393.366	2,8270%	2.090.049	2,0871%
SPECTRA VOLPI F DE INVEST EM PART. MULTISTRATEGIA	1.712.178	3,3668%	3.424.354	6,9477%	5.136.532	5,1292%
Outros	6.086.396	11,9681%	12.127.866	24,6064%	18.214.262	18,1883%
Total	50.854.986	100,00%	49.287.480	100,00%	100.142.466	100,00%

9. GLOSSÁRIO

Alto Sertão III (“AS III”) - 44 parques eólicos da Renova em fase de implantação, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 736,8 MW

Alto Sertão III Fase A – 24 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 411,0 MW.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ESPR – Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova e composta pelas 3 PCHs da Companhia

LER - Leilão de Energia de Reserva

Mercado Livre - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização

Mercado Regulado - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL



PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas

PPR – Programa de Participação de Resultados

DIP - empréstimo na modalidade *Debtor in Possession*

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 381/03, divulgamos que no período findo em 31 de março de 2021 os auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) que prestam serviço para a Companhia e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.



Informações Contábeis Intermediárias consolidadas e individuais

Em 31 de março de 2021

ÍNDICE	<i>(Página)</i>
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais.....	10
2. Principais políticas contábeis.....	19
3. Das autorizações vigentes.....	20
4. Comercialização de energia.....	22
5. Segmentos operacionais	22
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	24
7. Contas a receber de clientes.....	24
8. Tributos a recuperar.....	25
9. Cauções e depósitos vinculados	25
10. Investimentos.....	26
11. Imobilizado.....	34
12. Direito de uso – Arrendamentos.....	43
13. Fornecedores.....	45
14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas	46
15. Tributos a recolher.....	53
16. Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás (consolidado)	54
17. Outras contas a pagar.....	55
18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.....	56
19. Provisão para contrato oneroso.....	59
20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	59
21. Receita líquida.....	61
22. Custos e despesas (receitas).....	62
23. Resultado financeiro	63
24. Imposto de renda e contribuição social	64
25. Transações com partes relacionadas.....	65
26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	71
27. Prejuízo por ação	77
28. Ativos classificados como mantidos para venda	77
29. Cobertura de Seguros.....	80
30. Transações não envolvendo caixa	81
31. Eventos subsequentes	81

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Trimestre findo em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	393.137	29.374	45.598	10.070
Aplicações financeiras	6	65	18.777	-	-
Contas a receber de clientes	7	4.214	4.220	-	150
Tributos a recuperar	9	13.773	12.687	219	218
Partes relacionadas	25	-	-	6.103	25.879
Dividendos a receber	10.4	-	-	42.724	42.724
Adiantamentos a fornecedores		944	722	578	511
Despesas antecipadas		2.970	1.090	695	161
Outros créditos		103	595	265	259
		<u>415.206</u>	<u>67.465</u>	<u>96.182</u>	<u>79.972</u>
Ativos classificados como mantidos para venda	28	877.793	930.112	190.414	182.387
Total dos ativos circulantes		<u>1.292.999</u>	<u>997.577</u>	<u>286.596</u>	<u>262.359</u>
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	6	246	296	246	296
Depósitos judiciais	18	3.262	3.198	2.446	2.385
Partes relacionadas	25	-	-	20.988	176.659
Outros créditos		60	60	60	60
Investimentos	10	-	-	1.324.634	1.038.857
Imobilizado	11	1.355.222	1.295.801	6.061	6.387
Total dos ativos não circulantes		<u>1.358.790</u>	<u>1.299.355</u>	<u>1.354.435</u>	<u>1.224.644</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>2.651.789</u>	<u>2.296.932</u>	<u>1.641.031</u>	<u>1.487.003</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Trimestre findo em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
CIRCULANTES					
Fornecedores	13	51.282	45.492	15.485	9.485
Empréstimos e financiamentos	14	380.647	380.461	380.429	380.348
Tributos a recolher	15	10.695	11.064	4.690	5.179
Salários, encargos e férias a pagar		9.616	7.471	9.616	7.471
Contas a pagar - CCEE/Eletrabras	16	21.376	17.373	-	-
Arrendamentos a pagar	12	658	684	570	613
Outras contas a pagar	17	93.555	93.538	29.698	29.105
Partes relacionadas	25	44.543	43.131	44.543	43.131
Provisão para contrato oneroso	19	19.365	17.854	-	-
		<u>631.737</u>	<u>617.068</u>	<u>485.031</u>	<u>475.332</u>
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	28	105.153	107.970	14.407	13.946
Total dos passivos circulantes		<u>736.890</u>	<u>725.038</u>	<u>499.438</u>	<u>489.278</u>
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	13	293.161	301.826	35.523	44.067
Empréstimos e financiamentos	14	1.444.144	1.082.641	2.568	-
Debêntures privadas	14	-	-	440.402	51.137
Tributos a recolher	15	18.757	20.275	3.375	3.661
Contas a pagar - CCEE/Eletrabras	16	41.752	40.778	-	-
Arrendamentos a pagar	12	13.374	12.840	-	96
Partes relacionadas	25	988.739	984.641	1.331.795	1.327.839
Provisão para perda sobre investimentos	10	-	-	249.173	478.687
Provisão para contrato oneroso	19	-	481	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	139.141	132.826	138.450	132.177
Outras contas a pagar	17	103.201	103.223	67.677	67.698
Total dos passivos não circulantes		<u>3.042.269</u>	<u>2.679.531</u>	<u>2.268.963</u>	<u>2.105.362</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
Capital social	20	2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Ajuste de avaliação patrimonial		(22.180)	(32.470)	(22.180)	(32.470)
Prejuízos acumulados		<u>(4.024.210)</u>	<u>(3.994.187)</u>	<u>(4.024.210)</u>	<u>(3.994.187)</u>
Total do patrimônio líquido negativo		<u>(1.127.370)</u>	<u>(1.107.637)</u>	<u>(1.127.370)</u>	<u>(1.107.637)</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		<u>2.651.789</u>	<u>2.296.932</u>	<u>1.641.031</u>	<u>1.487.003</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestre findo em 31 de março de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
RECEITA LÍQUIDA	21	22.581	12.332	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		(16.750)	-	-	-
Custo de operação		(1.636)	(1.955)	-	-
Depreciações e amortizações	11	(22)	(1.893)	(22)	(367)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(249)	(198)	-	-
Total	22	(18.657)	(4.046)	(22)	(367)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		3.924	8.286	(22)	(367)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(24.352)	(18.046)	(17.248)	(13.645)
Depreciações e amortizações	11	(462)	(1.620)	(334)	(1.462)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	(3.646)	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas		(12.304)	24.888	8	1.536
Total	22	(37.118)	1.576	(17.574)	(13.571)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	27.866	15.056	(2.051)	(7.589)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(5.328)	24.918	(19.647)	(21.527)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		703	322	30	206
Despesas financeiras		(24.984)	(77.966)	(10.406)	(31.845)
Total	23	(24.281)	(77.644)	(10.376)	(31.639)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(29.609)	(52.726)	(30.023)	(53.166)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(391)	(350)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(23)	(90)	-	-
Total	24	(414)	(440)	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(30.023)	(53.166)	(30.023)	(53.166)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	27			(0,72)	(1,27)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestre findo em 31 de março de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Prejuízo do período		(30.023)	(53.166)	(30.023)	(53.166)
Outros resultados abrangentes					
Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	20	10.290	12.297	10.290	12.297
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO		<u>(19.733)</u>	<u>(40.869)</u>	<u>(19.733)</u>	<u>(40.869)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestre findo em 31 de março de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital Social		Reservas de capital		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido negativo controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		2.960.776	(41.757)	-	1	(4.016.621)	(1.130.428)
Prejuízo do período		-	-	-	-	(53.166)	(53.166)
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto		-	-	-	-	12.297	12.297
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020		<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(4.069.787)</u>	<u>(1.171.297)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.960.776	(41.757)	-	1	(3.994.187)	(1.107.637)
Prejuízo do período		-	-	-	-	(30.023)	(30.023)
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	20.d	-	-	-	-	10.290	10.290
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	20	<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(4.024.210)</u>	<u>(1.127.370)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestre findo em 31 de março de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do período		(30.023)	(53.166)	(30.023)	(53.166)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		484	3.513	356	1.829
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	3.646	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11.2	-	416	-	-
Comissões e outras penalidades	14.4	-	941	-	-
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.4	14.715	40.959	2.785	6.302
Apropriação dos custos sobre empréstimos e financiamentos	14.4	124	4	-	-
Atualização e provisão CCEE/Eletrobras	16.1	876	(503)	-	-
Multa sobre ressarcimento	16.1	7.497	3.771	-	-
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18, 30	6.315	2.011	6.273	5.272
Provisão (reversão) para contrato oneroso	19	1.030	(33.069)	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	23	(654)	(237)	(4)	(19)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23, 25	5.545	18.520	5.545	22.891
Juros sobre contas a pagar		1.298	12.026	(257)	383
Juros sobre passivo de arrendamento	12	1.310	-	486	-
Atualização depósitos judiciais		(10)	76	(8)	61
Tributos diferidos		50	198	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(27.866)	(15.056)	2.051	7.589
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(384)	(1.290)	150	-
Depósitos judiciais		(54)	(1.144)	(53)	(1.112)
Tributos a recuperar		(1.085)	(629)	(1)	(28)
Despesas antecipadas		(1.827)	(5.176)	(534)	(3.783)
Adiantamentos a fornecedores		(310)	(826)	(67)	(795)
Outros créditos		492	1.053	(6)	66
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(1.253)	2.931	604	2.925
Tributos a recolher		(1.617)	(262)	(853)	18
Salários e férias a pagar		1.349	1.063	1.990	1.064
Contas a pagar CCEE/Eletrobras	16.1	(4.144)	(2.049)	-	-
Outras contas a pagar		(76)	(241)	572	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(470)	(580)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	14.4	(1.407)	(1.223)	-	-
Dividendos recebidos	10.4	40.800	52.502	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>10.705</u>	<u>28.179</u>	<u>(10.994)</u>	<u>(10.503)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	10.3.2 e 30	-	-	(351.731)	-
Aplicações financeiras		12.500	1.385	54	19
Aquisição de imobilizado	11 e 30	(4.825)	(1.431)	(760)	(526)
Partes relacionadas		-	-	(13.466)	(19.103)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>7.675</u>	<u>(46)</u>	<u>(365.903)</u>	<u>(19.610)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	14	362.465	-	389.129	51.000
Custos na captação de empréstimos e financiamentos	14	(14.392)	-	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	14	(2.782)	(1.945)	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento		(3.581)	(3.519)	(3.335)	(2.776)
Partes relacionadas		(35)	26.436	26.631	26.400
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>341.675</u>	<u>20.972</u>	<u>412.425</u>	<u>74.624</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>360.055</u>	<u>49.105</u>	<u>35.528</u>	<u>44.511</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	29.374	4.782	10.070	81
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período*	6	389.429	53.887	45.598	44.592
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>360.055</u>	<u>49.105</u>	<u>35.528</u>	<u>44.511</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

(*) O Caixa e equivalente de caixa no período findo em 31 de março de 2021 inclui o saldo de caixa e equivalente de caixa da Energética Serra da Prata S.A.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestre findo em 31 de março de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
RECEITAS					
Vendas de energia	21	24.126	12.799	-	-
Outras receitas		802	753	156	753
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(18.658)	(2.173)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(28.712)	12.791	(13.411)	(10.155)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	(3.646)	-	-
Valor adicionado bruto		(22.442)	20.524	(13.255)	(9.402)
Depreciação	11, 22	(484)	(3.513)	(356)	(1.829)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		(22.926)	17.011	(13.611)	(11.231)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	27.866	15.056	(2.051)	(7.589)
Receitas financeiras		736	332	32	211
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		5.676	32.399	(15.630)	(18.609)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		3.916	3.000	2.060	337
Honorários da administração	25.5	2.361	2.678	1.242	2.678
Benefícios		937	906	261	449
FGTS		336	355	94	190
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		3.071	2.211	330	748
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		21.649	74.377	8.110	29.707
Aluguéis		94	150	1	11
Outros		3.335	1.888	2.295	437
Prejuízo do período		(30.023)	(53.166)	(30.023)	(53.166)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		5.676	32.399	(15.630)	(18.609)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2021

Valores expressos em milhares de Reais

1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):

	PCH	Consolidação	% Participação	
			31/03/2021 e 31/12/2020	
			Direta	Indireta
	Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding) ²	(a) Integral	100,00	-
	Energética Serra da Prata S.A. ²	(b) Integral na Enerbras	-	99,99
	Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial	(c) Integral	99,99	-
	ChIPLEY SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(d) Integral	99,99	-
	Eólico	Consolidação	% Participação	
			31/03/2021 e 31/12/2020	
			Direta	Indireta
	Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	(e) Integral	99,99	-
	Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	(e) Integral na Alto Sertão	-	99,99
	Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
	Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
	Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
	Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
	Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
	Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
	Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
	Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99
	Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial ¹	(f) Integral na Diamantina	-	99,99

- CONTINUA -



- CONTINUAÇÃO -

		% Participação	
		31/03/2021 e 31/12/2020	
		Direta	Indireta
Comercialização	Consolidação		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(j) Integral	100,00	-
		% Participação	
		31/03/2021 e 31/12/2020	
		Direta	Indireta
 Holding	Consolidação		
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(k) Integral	100,00	-
Espra Holding S.A.	(k) Integral	99,99	-
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(k) Integral	99,99	-
SF 123 Participações Societárias S.A.	(k) Integral	99,99	-
		% Participação	
		31/03/2021 e 31/12/2020	
		Direta	Indireta
 PCH	Controle compartilhado não consolidado		
Brasil PCH S.A. ²	(l) Indireto pela Chipley	-	51,00

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Nota 2: empresas classificadas como mantidas para venda.

Nota 3: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B.

Nota 4: refere-se a UPI Fase B, mencionada no plano de recuperação judicial.

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”).
- (b) Espra, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. – Em recuperação judicial (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
- (d) Chipley SP Participações S.A. – Em recuperação judicial (“Chipley”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuam, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”) – vide nota 1.1.
- (g) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico



específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre.

- (h) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
- (i) Controlada direta tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”) – vide nota 1.1.
- (j) Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (k) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (l) Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.

1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015 (LER 2013) e 1º de outubro de 2017 (LER 2014), contudo esses parques estão com as obras paralisadas, e, portanto, atrasados. Conforme contratos, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide Nota 16).

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas Resoluções Autorizativas dos parques eólicos AS III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e LER 2014 e que requerem inclusive a suspensão das referidas Resoluções Autorizativas. A Administração da Companhia vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar à ANEEL a conexão e benefícios entre tais obrigações e o previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado judicialmente no último dia 18 de dezembro de 2020. Até a data da emissão das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais não havia nenhuma modificação no contexto desses procedimentos administrativos.

1.2 Venda de ativos

1.2.1 UPI Fase B

Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista no plano de recuperação judicial do Grupo Renova, no qual o PSS Principal Fundo de Investimento em



Participações Multiestratégia (“PSS”), gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor com a oferta no valor de R\$58.386.

Em 06 de abril de 2021, a Companhia concluiu a venda e transferiu para a Ventos Altos Energias Renováveis Ltda (subsidiária do PSS) a totalidade das ações da controlada indireta Azalea Participações S.A. (“Azalea”) detentora dos ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B objeto da operação.

Após ajustes pré-fechamentos em decorrência da não transferência de determinados direitos, que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, o valor foi reduzido para R\$ 50.730. Está redução ainda pode ser revertida nos próximos meses, em razão da possibilidade de ocorrer a transferência de outros ativos que complementarão o volume de MW já transferidos.

1.2.2 Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LEN 2011 (A-3))

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) da totalidade das ações da Nova Energia S.A. detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R\$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo Eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.

A AES mantém garantia no valor total de R\$14.856 (Earn-Out), atualizados a 100% do CDI, que poderá ser paga à Companhia.

Em março de 2019, o Consorcio MGT, prestador de serviço dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão II, ingressou com medida judicial para cobrança da sentença arbitral parcial, no valor de R\$34.103 e em 8 de abril de 2020 sobreveio a sentença arbitral final, liquidando a condenação de mérito adicional em valor de R\$43.391. A referida sentença transitou em julgado apenas em 1º de junho de 2020 com prazo de 30 dias para pagamento. Diante da ausência de consenso sobre a concursalidade de tal crédito à recuperação judicial e a liberação das garantias para pagamento da condenação, a AES ingressou com medida cautelar pré-arbitral, obtendo em 22 de junho de 2020 liminar para liberação das *escrows accounts* no montante de R\$ 43.391 mediante oferecimento de seguro garantia judicial em valor equivalente, acrescido de 30%. Atualmente, discute-se nos autos da recuperação judicial e em procedimento arbitral específico, se tal crédito da AES estaria sujeito ou não ao concurso de credores da recuperação judicial e se tal seguro garantia deveria ser mantido ou não. Enquanto não há decisão definitiva sobre o tema a Companhia entendeu por reconhecer um passivo com a AES, que será quitado futuramente seja por meio do plano de recuperação judicial, em caso de concursalidade, seja por outros meios, inclusive um possível encontro de contas contra créditos futuros (e.g *earn out*), em caso de não sujeição de tal crédito ao plano de recuperação judicial.

1.3 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a Companhia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.



Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira da Companhia e das controladas, os planos preveem:

- i) a captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação do DIP pela controlada Chipley e coobrigações da Companhia e da Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021;
- ii) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital da Companhia. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela controlada Chipley (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da controlada SF 120 (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% das ações representativas do capital social da controlada Enerbras (“UPI Enerbras”), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B (nota 1.2.1) e e) outros projetos em desenvolvimento;
- iii) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- iv) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade da Companhia.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de março de 2021, considerando o pagamento de R\$529 na Classe I:

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados	Reclassificação entre classes	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/03/2021
Classe I - credores trabalhistas	20.109	85	10	(529)	6	19.681
Classe II - credores com garantia real	1.052.063	-	-	-	5.159	1.057.222
Classe III - credores quirografários	877.732	2.557	(10)	-	2.229	882.508
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.993	-	-	-	-	3.993
Total	1.953.897	2.642	-	(529)	7.394	1.963.404



Classes	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial	Pagamentos realizados	Juros/Encargos	Saldo em 31/12/2020
Classe I - credores trabalhistas	20.109	-	-	20.109
Classe II - credores com garantia real	1.023.329	(10.000)	38.734	1.052.063
Classe III - credores quirografários	876.019	-	1.713	877.732
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.993	-	-	3.993
Total	1.923.450	(10.000)	40.447	1.953.897

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano.
- b) Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano.
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
 - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

No que se refere ao pagamento da Classe I, a Companhia interpôs recurso especial, com pedido de efeito suspensivo, contra parte da decisão homologatória que afastou o disposto nas cláusulas 8.2.1.3 dos Planos de Recuperação Judicial que, em suma, limitou o marco final de pagamento dessa classe ao dia 08 de maio de 2021. Em 06 de maio de 2021, foi concedido o efeito suspensivo contra a citada decisão homologatória. A Companhia insiste na manutenção das referidas cláusulas, que desloca o marco final de pagamento para 18 de dezembro de 2021.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:



Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 11	16,0%	18,0%
Ano 7	2,5%	2,5%			

Conforme previsto na cláusula 10.7.4 do Plano, em 21 de dezembro de 2020 a Companhia amortizou R\$10.000 do saldo devido ao BNDES

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação. O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.



1.4 Continuidade operacional

No período findo em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou prejuízo de R\$30.023, possui prejuízos acumulados de R\$4.024.210, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$1.127.370, e passivos circulantes (controladora) em excesso aos ativos circulantes (controladora) no montante de R\$212.842.

O resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2021 deve-se, principalmente a: (i) perdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, no montante R\$16.778, (ii) resultado positivo de equivalência patrimonial, no valor de R\$27.866 e (iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$24.281 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores, operações com partes relacionadas.

O plano de recuperação judicial, permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo do grupo, com a repactuação das taxas de juros e alongando dos prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com o seu plano i) em 05 de março de 2021 a Companhia recebeu o montante de R\$362.465 referente ao empréstimo DIP assinado em 17 de dezembro de 2020 ii) com recursos em caixa, a Companhia deu andamento a contratação dos fornecedores para retomada da obra dos parques do Alto Sertão III, iii) em 06 de abril de 2021, a Companhia concluiu a venda das ações da UPI Fase B (Azalea), no montante de R\$ 50.730, reforçando o caixa para cumprimento do plano, iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na Nota 1.3 junto a potenciais interessados, e v) redução do passivo da Companhia mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$332.416 (notas 20 e 31.3).

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas, em como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.5 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e conseqüentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019. Considerando ainda que as empresas operacionais, Espira e Brasil PCH, possuem contratos PROINFA (no ambiente regulado), não houve nenhum impacto nas suas operações e nem no seu contrato com a Eletrobrás.

Para fins de elaboração das informações contábeis intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2021, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No período findo em 31 de março de 2021 e até a data da emissão dessas informações contábeis intermediárias não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia e suas controladas.

De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.



2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), identificadas como “Controladora”.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2020, aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2021.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

Foram consolidadas as informações contábeis intermediárias das controladas mencionadas na Nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias. Ativos operacionais alienados são consolidados no resultado até a data da sua alienação.

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das empresas consolidadas;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.



3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução</u> <u>ANEEL</u>	<u>Data da</u> <u>resolução</u>	<u>Prazo da</u> <u>autorização</u>	<u>Capacidade de</u> <u>produção</u> <u>instalada*</u>
<u>PCH</u>					
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
<u>Eólico</u>					
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ⁽¹⁾	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 ⁽¹⁾	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 ⁽¹⁾	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 ⁽¹⁾	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas desses parques, conforme divulgado na Nota 1.1.



3.2 Mercado livre (ACL)

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amesela S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) ⁽¹⁾	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽²⁾	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansação S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽²⁾	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas desses parques, conforme divulgado na Nota 1.1.

Nota (2): As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na Nota 17.



4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009	65.174	121,35	305,29	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.297	57.903	121,35	305,29	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.370	41.084	121,35	305,29	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	202.880	96.360	105,20	151,26	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	137.544	60.444	113,70	163,49	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	76.101	34.164	111,30	160,04	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	176.183	84.972	103,60	148,96	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jaboticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	82.350	39.420	104,38	150,09	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	173.200	83.220	103,99	149,52	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	187.680	88.476	105,99	152,40	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	135.964	64.824	104,80	150,69	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 ¹	CCEE	198.004	93.732	105,55	151,77	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 ¹	CCEE	158.288	56.940	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 ¹	CCEE	224.038	80.592	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 ¹	CCEE	126.630	45.552	138,90	186,85	out/17	set/37	IPCA	outubro

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nos Contratos de Energia de Reserva do LER2013 e LER2014, conforme divulgado na Nota 1.1.

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contrato no mercado livre, denominado Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT que totaliza 100,2 MW médios (não examinado) de energia contratada, com vigência até agosto de 2035 (Nota 25.4).

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação.



- b) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 31 de março de 2021 e 2020 para o resultado e 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

	31/03/2021				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	11.802	-	10.779	-	22.581
Custos não gerenciáveis	(249)	-	-	-	(249)
Margem Bruta	11.553	-	10.779	-	22.332
Custos gerenciáveis	(3.072)	(16.584)	(18.147)	(17.239)	(55.042)
Depreciações e amortizações	-	(127)	-	(357)	(484)
Resultado de equivalência patrimonial	27.866	-	-	-	27.866
Receita financeira	261	337	75	30	703
Despesa financeira	(7.395)	(7.123)	(60)	(10.406)	(24.984)
Imposto de renda e contribuição social	(414)	-	-	-	(414)
Lucro líquido (prejuízo) do período	28.799	(23.497)	(7.353)	(27.972)	(30.023)

	31/12/2021				
Ativos totais	1.142.753	1.204.989	14.740	289.307	2.651.789
Passivos totais	493.892	1.079.675	29.422	2.176.170	3.779.159

	31/03/2020				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	12.331	-	1	-	12.332
Custos não gerenciáveis	(198)	-	-	-	(198)
Margem Bruta	12.133	-	1	-	12.134
Custos gerenciáveis	(3.314)	(12.055)	32.366	(12.110)	4.887
Depreciação	(1.526)	(158)	-	(1.829)	(3.513)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(3.646)	-	-	(3.646)
Resultado de equivalência patrimonial	15.056	-	-	-	15.056
Receita financeira	156	12	57	97	322
Despesa financeira	(1.869)	(47.902)	(3.309)	(24.886)	(77.966)
Imposto de renda e contribuição social	(440)	-	-	-	(440)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	20.196	(63.749)	29.115	(38.728)	(53.166)

	31/12/2020				
Ativos totais	704.077	1.527.433	48.275	17.147	2.296.932
Passivos totais	100.615	1.590.972	31.394	1.681.588	3.404.569



6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa		13	10	2	1
Bancos conta movimento		10.349	15.678	10.064	10.069
Aplicações financeiras de liquidez imediata		370.880	19.136	23.529	-
Aplicações financeiras		38.039	36.304	12.249	296
		<u>419.281</u>	<u>71.128</u>	<u>45.844</u>	<u>10.366</u>
Transferência para ativos mantidos para venda:					
Caixa e equivalentes de caixa	28.2	(25.833)	(22.681)	-	-
Total		<u>393.448</u>	<u>48.447</u>	<u>45.844</u>	<u>10.366</u>
Apresentados como:					
<u>Circulante</u>					
Caixa e equivalentes de caixa		393.137	29.374	45.598	10.070
Aplicações financeiras		65	18.777	-	-
<u>Não circulante</u>					
Aplicações financeiras		246	296	246	296
Total		<u>393.448</u>	<u>48.447</u>	<u>45.844</u>	<u>10.366</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 80% do CDI.

7. Contas a receber de clientes

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020
Comercialização Mercado livre		4.214	4.070
Eletrobras - ESPRA		4.785	4.395
Outros		-	150
Total		<u>8.999</u>	<u>8.615</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	28.2	(4.785)	(4.395)
Total		<u>4.214</u>	<u>4.220</u>

Os saldos em 31 de março de 2021 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.



8. Tributos a recuperar

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
IRRF a compensar		267	147	117	117
Saldo negativo de IRPJ a compensar		5.292	5.294	-	-
COFINS a recuperar		6.605	5.811	-	-
PIS a recuperar		1.435	1.262	-	-
Outros impostos a compensar		208	208	102	101
		<u>13.807</u>	<u>12.722</u>	<u>219</u>	<u>218</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	28.2	(34)	(35)	-	-
Total		<u>13.773</u>	<u>12.687</u>	<u>219</u>	<u>218</u>

Em 31 de março de 2021, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicação financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova, e os saldos de PIS e COFINS a recuperar referem-se aos créditos apurados sobre as despesas com TUST.

Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros impostos a recuperar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2021. Enquanto os saldos de PIS e COFINS a recuperar seguem sendo acumulados para compensação com débitos futuros.

9. Cauções e depósitos vinculados

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado	
				31/03/2021	31/12/2020
Espra	Garantia	BNB	Financiamento BNB	11.869	11.813
	Transferência para ativos mantidos para venda (nota 28.2)			(11.869)	(11.813)
			Total não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>

Refere-se a aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98% do CDI, vinculadas ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.



10. Investimentos

10.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020
PCH		
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	(12)
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	992.590	960.249
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	236.111	(208.298)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	(573)	2.918
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.795)	(2.459)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(4.860)	(2.028)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(6.989)	(3.397)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	4.353	(3.606)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.213)	(2.092)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(3.104)	(9.992)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.319)	(1.766)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(6.767)	(4.118)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(6.207)	(11.782)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	1.937	4.200
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	(5.130)	(3.391)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	3.952	(4.395)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	3.010	(5.460)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(3.365)	(1.162)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.024)	(5.524)
Centrais Eólicas Calianandra S.A. - Em recuperação judicial	(352)	(3.514)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.600)	(3.339)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(328)	(715)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(4)	(783)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	10.378	(3.249)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(25.345)	(25.534)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	-	(44)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(70)	(164)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(34)	(110)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(981)	(1.720)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	72.302	71.490
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	-	(212)
Outras participações ⁽¹⁾	1	(61)
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(177.113)	(169.760)
Total	1.075.461	560.170
Apresentados como:		
Ativo		
Investimento	1.324.634	1.038.857
Passivo		
Provisão para perda sobre investimento	(249.173)	(478.687)
Total	1.075.461	560.170

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

10.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/03/2021					31/12/2020					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH											
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	-	6.750	5.170.101	100,00	101.955	-	(24.806)	21.219
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	366.808	99,99	367	-	(2)	359.784	99,99	360	(12)	-	(6)
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	744.871.373	99,99	744.871	992.590	22.051	744.871.373	99,99	744.871	960.249	(7.741)	91.128
Eólico											
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	1.670.986.077	99,99	1.556.074	236.111	(18.140)	1.578.097.205	99,99	1.556.074	(208.298)	-	(9.437)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	18.964.794	99,99	18.965	(573)	(5.149)	17.361.558	99,99	17.362	2.918	-	(621)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	9.324.000	99,99	9.324	(1.795)	(1.157)	7.559.824	99,99	7.560	(2.459)	-	(824)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	16.810.100	99,99	16.810	(4.860)	(5.083)	14.996.736	99,99	14.997	(2.028)	-	(511)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	21.749.726	99,99	21.750	(6.989)	(6.303)	19.142.404	99,99	19.142	(3.397)	-	(732)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	25.466.832	99,99	25.467	4.353	5.977	23.542.317	99,99	23.542	(3.606)	-	(357)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	8.441.416	99,99	8.441	(1.213)	(724)	6.885.612	99,99	6.886	(2.092)	-	(637)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	19.813.434	99,99	19.813	(3.104)	5.027	18.011.571	99,99	18.012	(9.992)	-	(492)
Centrais Eólicas Cansação S.A. - Em recuperação judicial	5.813.892	99,99	5.814	(1.319)	(790)	4.614.138	99,99	4.614	(1.766)	-	(491)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	16.197.896	99,99	16.198	(6.767)	(4.690)	14.215.026	99,99	14.215	(4.118)	-	(572)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	14.985.806	99,99	14.986	(6.207)	3.503	13.014.445	99,99	13.014	(11.782)	-	(609)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	18.034.641	99,99	18.035	1.937	(4.459)	16.493.153	99,99	16.493	4.200	-	(601)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	11.760.698	99,99	11.761	(5.130)	(3.564)	10.421.120	99,99	10.421	(3.391)	-	(375)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	20.390.128	99,99	20.390	3.952	7.389	19.464.696	99,99	19.465	(4.395)	-	1.020
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	20.462.289	99,99	20.462	3.010	7.281	19.346.653	99,99	19.347	(5.460)	-	1.125
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	12.541.874	99,99	12.542	(3.365)	(3.260)	11.530.260	99,99	11.530	(1.162)	-	(222)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	7.256.447	99,99	7.256	(2.024)	2.103	6.428.922	99,99	6.429	(5.524)	-	(216)

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/03/2021					31/12/2020					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Eólico											
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	7.139.783	99,99	7.140	(352)	2.222	6.598.699	99,99	6.599	(3.514)	-	(171)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	4.534.495	99,99	4.534	(1.600)	863	3.903.274	99,99	3.903	(3.339)	-	(191)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.707.428	99,99	2.707	(328)	(176)	2.181.078	99,99	2.181	(715)	-	(217)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.727.147	99,99	3.727	(4)	144	3.143.392	99,99	3.143	(783)	-	(236)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	143.528.701	99,99	143.529	10.378	(461)	130.234.571	99,99	130.235	(3.249)	-	343
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	3.284.844	99,99	3.285	(25.345)	(3.282)	1.408.975	99,99	1.409	(25.534)	-	(10.253)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	65.867	99,99	66	-	(11)	32.338	99,99	32	(44)	-	(11)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	245.093.920	99,99	245.094	(981)	(166)	244.293.570	99,99	244.294	(1.720)	-	(400)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	1.062.747	99,99	1.063	(70)	(21)	968.664	99,99	969	(164)	-	(29)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	939.133	99,99	939	(34)	(1)	883.194	99,99	883	(110)	-	(16)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	235.240	100,00	23	-	-	22.973	100,00	23	(212)	-	(211)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	75.040.854	99,99	75.041	72.302	(506)	73.722.950	99,99	73.723	71.490	-	(2.227)
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.802.245	99,99	12.802	-	(42)	12.640.157	99,99	12.640	-	-	(73)
Outras participações ⁽¹⁾	-	-	-	1	(21)	-	-	-	(61)	-	(15)
Comercialização											
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	524.038.918	100,00	524.039	(177.113)	(7.353)	524.038.918	100,00	524.039	-	-	-

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1

10.3 Movimentação dos investimentos

10.3.1 Consolidado

	Investimento			
	Custo	Mais valia	Ajuste de valor patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	119.227	466.126	(32.827)	552.526
Equivalência patrimonial/ amortização da mais valia	24.132	(9.076)	-	15.056
Dividendos propostos	(52.502)	-	-	(52.502)
Ajuste de valor patrimonial (DRA) ¹	-	-	12.297	12.297
Saldos em 31 de março de 2020	<u>90.857</u>	<u>457.050</u>	<u>(20.530)</u>	<u>527.377</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-
Equivalência patrimonial/ amortização da mais valia	27.866	-	-	27.866
Dividendos propostos	(40.800)	-	-	(40.800)
Ajuste de valor patrimonial (DRA) ¹	-	-	10.290	10.290
Transferência para ativo mantido para venda ²	12.934	-	(10.290)	2.644
Saldos em 31 de março de 2021	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Nota 1: a controlada em conjunto Brasil PCH contratou junto ao Banco Itaú uma operação de *Swap* para igualar as remunerações ao IPCA das Debêntures - 1ª Série (CDI+2,39%) e 2ª série (IPCA + 8,2647%), qualificado como *Hedge* de fluxo de caixa. O efeito da marcação a mercado desse instrumento financeiro derivativo resultou em uma perda total de R\$43.490, reconhecidas em outros resultados abrangentes, dos quais a Companhia reconheceu R\$22.180, sendo R\$10.290 no trimestre, equivalentes à sua participação de 51%.

Nota 2: em dezembro de 2020, o saldo do investimento mencionado nas Notas 1.3 e 28.2, foi transferido para ativos circulantes mantidos para venda.

10.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais estão sendo amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago, R\$754.907 em 2014, foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as informações contábeis da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2021 (CONSOLIDADO)

<u>ATIVOS</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTES			CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	22.574	44.991	Debêntures	118.920	109.853
Aplicações financeiras	17.178	23.462	Outros passivos circulantes	69.800	75.576
Outros ativos circulantes	75.445	70.769	Total dos passivos circulantes	188.720	185.429
Total dos ativos circulantes	115.197	139.222			
NÃO CIRCULANTES			NÃO CIRCULANTES		
Imobilizado	1.011.873	1.015.800	Debêntures	677.865	695.531
Outros ativos não circulantes	17.977	16.086	Outros passivos não circulantes	115.647	122.150
Total dos ativos não circulantes	1.029.850	1.031.886	Total dos passivos não circulantes	793.512	817.681
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	162.815	167.998
TOTAL DO ATIVO	1.145.047	1.171.108	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.145.047	1.171.108

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 (CONSOLIDADO)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
RECEITA LÍQUIDA	123.466	112.458
Custo com depreciação e amortização	(9.245)	(9.303)
Outros custos	(14.802)	(13.861)
Despesas gerais e administrativas	(3.781)	(4.578)
Reversão (perda) com contrato oneroso	21	(3.165)
Resultado financeiro	(37.094)	(30.653)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(3.925)	(3.580)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	54.640	47.318

O resultado do período findo em 31 de março de 2021 foi impactado substancialmente pelo: (i) aumento da receita líquida; (ii) redução da exposição acumulada no contrato oneroso; e (iii) aumento do resultado financeiro negativo em função do aumento nos juros relacionados as debêntures.

10.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2020	Adições	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda ²	31/03/2021
PCH							
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	-	-	6.750	(6.750)	-
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(12)	7	7	-	(2)	-	-
Chiplew SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	960.249	-	-	10.290	22.051	-	992.590
Eólico							
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(208.298)	107.030	355.519	-	(18.140)	-	236.111
Centrais Eólicas Carranudo S.A. - Em recuperação judicial	2.918	1.604	54	-	(5.149)	-	(573)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(2.459)	1.764	57	-	(1.157)	-	(1.795)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(2.028)	1.814	437	-	(5.083)	-	(4.860)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(3.397)	2.607	104	-	(6.303)	-	(6.989)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.606)	1.924	58	-	5.977	-	4.353
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(2.092)	1.556	47	-	(724)	-	(1.213)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.992)	1.802	59	-	5.027	-	(3.104)
Centrais Eólicas Cansação S.A. - Em recuperação judicial	(1.766)	1.199	38	-	(790)	-	(1.319)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(4.118)	1.983	58	-	(4.690)	-	(6.767)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.782)	1.972	100	-	3.503	-	(6.207)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.200	1.541	655	-	(4.459)	-	1.937
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(3.391)	1.340	485	-	(3.564)	-	(5.130)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(4.395)	925	33	-	7.389	-	3.952
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(5.460)	1.116	73	-	7.281	-	3.010
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(1.162)	1.012	45	-	(3.260)	-	(3.365)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.524)	828	569	-	2.103	-	(2.024)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	(3.514)	541	399	-	2.222	-	(352)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.339)	632	244	-	863	-	(1.600)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(715)	526	37	-	(176)	-	(328)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(783)	584	51	-	144	-	(4)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	13.294	794	-	(461)	-	10.378
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(25.534)	1.876	1.595	-	(3.282)	-	(25.345)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(44)	34	21	-	(11)	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.720)	800	105	-	(166)	-	(981)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(164)	94	21	-	(21)	-	(70)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(110)	56	21	-	(1)	-	(34)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(212)	212	-	-	-	-	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	71.490	1.318	-	-	(506)	-	72.302
SF 120 Participações Societárias S.A.	-	161	-	-	(42)	(119)	-
Outras participações ⁽¹⁾	(61)	38	45	-	(21)	-	1
Comercialização							
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(169.760)	-	-	-	(7.353)	-	(177.113)
Total	560.170	152.190	361.731	10.290	(2.051)	(6.869)	1.075.461

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

Nota 2: em dezembro de 2020, o saldo do investimento mencionado nas Notas 1.3 e 28.2, foi transferido para ativos circulantes mantidos para venda.

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$249.173 (R\$478.687, em 31 de dezembro de 2020).

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2019	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/03/2020
PCH					
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	146.283	-	(4.493)	6.673	148.463
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(6)	-	-	(1)	(7)
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	876.505	12.297	(3.747)	20.460	905.515
Eólico					
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(198.861)	-	-	(56.884)	(255.745)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	3.539	-	-	(241)	3.298
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.635)	-	-	(275)	(1.910)
Centrais Eólicas Alcauz S.A. - Em recuperação judicial	(1.517)	-	-	(176)	(1.693)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(2.665)	-	-	(287)	(2.952)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	-	-	(370)	(3.619)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.455)	-	-	(237)	(1.692)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.500)	-	-	(213)	(9.713)
Centrais Eólicas Cansação S.A. - Em recuperação judicial	(1.275)	-	-	(186)	(1.461)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(3.546)	-	-	(224)	(3.770)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.173)	-	-	(204)	(11.377)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.801	-	-	(243)	4.558
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(3.016)	-	-	(129)	(3.145)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(5.415)	-	-	(308)	(5.723)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(6.585)	-	-	(370)	(6.955)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(940)	-	-	(89)	(1.029)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.308)	-	-	(89)	(5.397)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	(3.343)	-	-	(60)	(3.403)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.148)	-	-	(70)	(3.218)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(498)	-	-	(81)	(579)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(547)	-	-	(85)	(632)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.592)	-	-	(802)	(4.394)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(15.281)	-	-	(2.072)	(17.353)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(33)	-	-	-	(33)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.320)	-	-	(53)	(1.373)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(135)	-	-	(1)	(136)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(94)	-	-	-	(94)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-	-	1	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	27.850	-	-	-	27.850
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.640	-	-	-	12.640
Outras participações(1)	(46)	-	-	-	(46)
Comercialização					
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(175.746)	-	-	29.027	(146.719)
Total	611.688	12.297	(8.240)	(7.589)	608.156

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

10.4 Movimentação dos dividendos a receber

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	10.177
Dividendos propostos	52.502	8.240
Dividendos recebidos	<u>(52.502)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de março de 2020	-	18.417
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	42.724
Dividendos propostos	40.800	-
Dividendos recebidos	<u>(40.800)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de março de 2021	<u>-</u>	<u>42.724</u>

Controladora: o saldo de R\$42.724, em 31 de março de 2021, refere-se a dividendos a receber das controladas Enerbras (R\$30.364) e Chipley (R\$12.360).

Consolidado: contemplam os dividendos propostos e recebidos da controlada indireta Brasil PCH.

11. Imobilizado

11.1 Consolidado

	Taxas anuais de depreciação %	31/03/2021			31/12/2020		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	(27.879)	67.918	95.797	(27.879)	67.918
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	(15.693)	30.643	46.336	(15.693)	30.643
Máquinas e equipamentos	4%	65.015	(25.192)	39.823	65.015	(25.192)	39.823
Móveis e utensílios	10%	142	(131)	11	142	(131)	11
Equipamento de informática	17%	245	(245)	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692	(22.554)	138	22.692	(22.542)	150
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.608)	131	3.739	(3.600)	139
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.372)	-	2.372	(2.370)	2
Outros	14%	16	(15)	1	16	(15)	1
		<u>236.949</u>	<u>(97.689)</u>	<u>139.260</u>	<u>236.949</u>	<u>(97.667)</u>	<u>139.282</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.825)	1.531	5.356	(3.691)	1.665
Benfeitorias	4%	854	(155)	699	854	(146)	708
Móveis e utensílios	10%	2.122	(1.764)	358	2.118	(1.718)	400
Softwares	20%	3.339	(3.312)	27	3.339	(3.311)	28
Equipamento de informática	20%	3.778	(3.567)	211	3.778	(3.552)	226
		<u>15.449</u>	<u>(12.623)</u>	<u>2.826</u>	<u>15.445</u>	<u>(12.418)</u>	<u>3.027</u>
Estoques							
Almoxarifado geral		32	-	32	17	-	17
Total do imobilizado em serviço		<u>252.430</u>	<u>(110.312)</u>	<u>142.118</u>	<u>252.411</u>	<u>(110.085)</u>	<u>142.326</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		674.269	-	674.269	681.984	-	681.984
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		12.092	-	12.092	12.092	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias		273.116	-	273.116	273.116	-	273.116
Torres de medição		4.566	-	4.566	4.566	-	4.566
Aerogeradores		1.491.485	-	1.491.485	1.491.245	-	1.491.245
Equipamentos de subestação		458.038	-	458.038	447.544	-	447.544
Adiantamentos a fornecedores		2.972	-	2.972	679	-	679
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.417.496)	-	(1.417.496)	(1.417.496)	-	(1.417.496)
Total do imobilizado em curso		<u>1.500.104</u>	<u>-</u>	<u>1.500.104</u>	<u>1.494.792</u>	<u>-</u>	<u>1.494.792</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		46.305	(12.108)	34.197	45.005	(11.868)	33.137
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 28.2)		(321.197)	-	(321.197)	(374.454)	-	(374.454)
Total imobilizado		<u>1.477.642</u>	<u>(122.420)</u>	<u>1.355.222</u>	<u>1.417.754</u>	<u>(121.953)</u>	<u>1.295.801</u>

11.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2020	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	31/03/2021
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Usina					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
Outros	-	-	-	-	-
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	4	-	-	2.122
Softwares	3.339	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.778	-	-	-	3.778
	<u>15.445</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.449</u>
Estoques					
Almoxarifado geral	-	15	(15)	-	-
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>44.248</u>	<u>19</u>	<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>44.252</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Usina					
Torres de medição	(22.542)	(12)	-	-	(22.554)
Equipamentos de medição	(3.600)	(8)	-	-	(3.608)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	-	-	(2.372)
	<u>(28.512)</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.534)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(134)	-	-	(3.825)
Benfeitorias	(146)	(9)	-	-	(155)
Móveis e utensílios	(1.718)	(46)	-	-	(1.764)
Softwares	(3.311)	(1)	-	-	(3.312)
Equipamento de informática	(3.552)	(15)	-	-	(3.567)
	<u>(12.418)</u>	<u>(205)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.623)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(40.930)</u>	<u>(227)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41.157)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>3.318</u>	<u>(208)</u>	<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>3.095</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	528.964	2.755	50.274	(10.453)	571.540
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	9.070	-	3.022	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	240.900	-	32.216	-	273.116
Torres de medição	3.440	-	1.126	-	4.566
Aerogeradores	1.483.661	240	7.584	-	1.491.485
Equipamentos de subestação	304.316	64	15.853	10.430	330.663
Adiantamentos a fornecedores	679	2.543	-	(250)	2.972
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.292.351)	-	(56.156)	-	(1.348.507)
Total do imobilizado em curso	<u>1.279.741</u>	<u>5.602</u>	<u>53.919</u>	<u>(273)</u>	<u>1.338.989</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	15.380	1.300	(615)	-	16.065
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(2.638)	(257)	(32)	-	(2.927)
Total direito de uso	<u>12.742</u>	<u>1.043</u>	<u>(647)</u>	<u>-</u>	<u>13.138</u>
Total do imobilizado	<u>1.295.801</u>	<u>6.437</u>	<u>53.257</u>	<u>(273)</u>	<u>1.355.222</u>

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.

	31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	31/03/2020
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Usina					
Terrenos	595	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	16
	<u>236.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>236.949</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	3	-	-	2.117
Softwares	3.310	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.524	23	-	-	3.547
	<u>15.158</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.184</u>
Estoques					
Almoxarifado geral	14	-	-	-	14
	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>252.121</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252.147</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Usina					
Reservatórios, barragens e adutoras	(25.644)	(558)	-	-	(26.202)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(14.429)	(316)	-	-	(14.745)
Máquinas e equipamentos	(23.178)	(504)	-	-	(23.682)
Móveis e utensílios	(131)	(1)	-	-	(132)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	(245)
Torres de medição	(22.160)	(191)	-	-	(22.351)
Equipamentos de medição	(3.363)	(164)	-	-	(3.527)
Equipamentos de torres	(2.350)	(12)	-	-	(2.362)
Outros	(14)	-	-	-	(14)
	<u>(91.514)</u>	<u>(1.746)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(93.260)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(134)	-	-	(3.290)
Benfeitorias	(111)	(9)	-	-	(120)
Móveis e utensílios	(1.519)	(52)	-	-	(1.571)
Softwares	(3.294)	(7)	-	-	(3.301)
Equipamento de informática	(3.472)	(22)	-	-	(3.494)
	<u>(11.552)</u>	<u>(224)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.776)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(103.066)</u>	<u>(1.970)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(105.036)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>149.055</u>	<u>(1.944)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>147.111</u>

- Continua -

- Continuação -

	31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	31/03/2020
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	679.011	1.250	(416)	-	679.845
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	12.092	-	-	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.074	42	-	-	273.116
Torres de medição	3.989	-	-	-	3.989
Aerogeradores	1.491.228	-	-	-	1.491.228
Equipamentos de subestação	445.995	773	-	-	446.768
Adiantamentos a fornecedores	679	88	-	-	767
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.413.850)	(3.646)	-	-	(1.417.496)
Total do imobilizado em curso	<u>1.493.280</u>	<u>(1.493)</u>	<u>(416)</u>	<u>-</u>	<u>1.491.371</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	44.573	1.003	-	(80)	45.496
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(571)	(147)	-	-	(718)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	<u>(5.602)</u>	<u>(1.396)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.998)</u>
Total direito de uso	<u>38.400</u>	<u>(540)</u>	<u>-</u>	<u>(80)</u>	<u>37.780</u>
Total do imobilizado	<u>1.680.735</u>	<u>(3.977)</u>	<u>(416)</u>	<u>(80)</u>	<u>1.676.262</u>

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.

11.3 Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	31/03/2021			31/12/2020		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.554)	138	22.692	(22.542)	150
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.608)	131	3.739	(3.600)	139
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.372)	-	2.372	(2.370)	2
		<u>28.803</u>	<u>(28.534)</u>	<u>269</u>	<u>28.803</u>	<u>(28.512)</u>	<u>291</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.825)	1.531	5.356	(3.691)	1.665
Benfeitorias	4%	854	(155)	699	854	(146)	708
Móveis e utensílios	10%	2.122	(1.764)	358	2.118	(1.718)	400
Softwares	20%	3.339	(3.312)	27	3.339	(3.311)	28
Equipamento de informática	20%	3.760	(3.549)	211	3.760	(3.534)	226
		<u>15.431</u>	<u>(12.605)</u>	<u>2.826</u>	<u>15.427</u>	<u>(12.400)</u>	<u>3.027</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>44.234</u>	<u>(41.139)</u>	<u>3.095</u>	<u>44.230</u>	<u>(40.912)</u>	<u>3.318</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		18.805	-	18.805	17.918	-	17.918
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		11	-	11	11	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		<u>(1.185)</u>	<u>-</u>	<u>(1.185)</u>	<u>(1.185)</u>	<u>-</u>	<u>(1.185)</u>
Total do imobilizado em curso		<u>18.743</u>	<u>-</u>	<u>18.743</u>	<u>17.856</u>	<u>-</u>	<u>17.856</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		21.816	(9.448)	12.368	21.469	(9.319)	12.150
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 28.1)		(28.145)	-	(28.145)	(26.937)	-	(26.937)
Total imobilizado		<u>56.648</u>	<u>(50.587)</u>	<u>6.061</u>	<u>56.618</u>	<u>(50.231)</u>	<u>6.387</u>

11.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2020	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificação ¹	31/03/2021
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	4	-	-	2.122
Softwares	3.339	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.760	-	-	-	3.760
	<u>15.427</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.431</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>44.230</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.234</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.542)	(12)	-	-	(22.554)
Equipamentos de medição	(3.600)	(8)	-	-	(3.608)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	-	-	(2.372)
	<u>(28.512)</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.534)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(134)	-	-	(3.825)
Benfeitorias	(146)	(9)	-	-	(155)
Móveis e utensílios	(1.718)	(46)	-	-	(1.764)
Softwares	(3.311)	(1)	-	-	(3.312)
Equipamento de informática	(3.534)	(15)	-	-	(3.549)
	<u>(12.400)</u>	<u>(205)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.605)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(40.912)</u>	<u>(227)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41.139)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>3.318</u>	<u>(223)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.095</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	2.469	911	(886)	(23)	2.471
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	<u>(1.185)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.185)</u>
Total do custo do imobilizado em curso	<u>2.407</u>	<u>911</u>	<u>(886)</u>	<u>(23)</u>	<u>2.409</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	2.261	346	(322)	-	2.285
(-) Amortização contratos de arrendamento	(1.599)	(129)	-	-	(1.728)
	<u>662</u>	<u>217</u>	<u>(322)</u>	<u>-</u>	<u>557</u>
Total do imobilizado	<u>6.387</u>	<u>905</u>	<u>(1.208)</u>	<u>(23)</u>	<u>6.061</u>

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.

	31/12/2019	Adições	Reclassificação ¹	31/03/2020
Imobilizado em serviço				
Geração				
Torres de medição	22.692	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração				
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	3	-	2.117
Softwares	3.310	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.506	21	-	3.527
	<u>15.140</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>15.164</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.943</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>43.967</u>
(-) Depreciação				
Geração				
Torres de medição	(22.160)	(191)	-	(22.351)
Equipamentos de medição	(3.363)	(164)	-	(3.527)
Equipamentos de torres	(2.350)	(12)	-	(2.362)
	<u>(27.873)</u>	<u>(367)</u>	<u>-</u>	<u>(28.240)</u>
Administração				
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(134)	-	(3.290)
Benfeitorias	(111)	(9)	-	(120)
Móveis e utensílios	(1.519)	(52)	-	(1.571)
Softwares	(3.294)	(7)	-	(3.301)
Equipamento de informática	(3.454)	(20)	-	(3.474)
	<u>(11.534)</u>	<u>(222)</u>	<u>-</u>	<u>(11.756)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(39.407)</u>	<u>(589)</u>	<u>-</u>	<u>(39.996)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>4.536</u>	<u>(565)</u>	<u>-</u>	<u>3.971</u>
Imobilizado em curso				
Geração				
A ratear	60.368	1.250	-	61.618
Estudos e projetos	1.062	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	(1.722)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>59.769</u>	<u>1.250</u>	<u>-</u>	<u>61.019</u>
Direito de uso				
Geração				
Contratos de arrendamento	23.044	-	(80)	22.964
(-) Amortização contratos de arrendamento	(4.893)	(1.240)	-	(6.133)
	<u>18.151</u>	<u>(1.240)</u>	<u>(80)</u>	<u>16.831</u>
Total do imobilizado	<u>82.456</u>	<u>(555)</u>	<u>(80)</u>	<u>81.821</u>

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.

11.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

Conforme mencionado na Nota 28, o saldo de imobilizado em serviço existente em 31 de março de 2021 referente as PCHs da Espra foi transferido para rubrica de ativos mantidos para venda.

11.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento.

Conforme mencionado na Nota 28, o saldo de imobilizado em curso existente em 31 de dezembro de 2020 referente a determinados ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B, bem como determinados projetos em desenvolvimento foram transferidos para rubrica de ativos mantidos para venda.

11.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de março de 2021 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado Líquido
Alto Sertão III - Fase A ⁽¹⁾			
ACL (Light I) ⁽²⁾	1.559.875	(701.732)	858.143
LER 2013	832.413	(409.426)	422.987
	<u>2.392.288</u>	<u>(1.111.158)</u>	<u>1.281.130</u>
Alto Sertão III - Fase B ⁽³⁾			
ACL (Light II)	68.373	(34.403)	33.970
ACL (Mercado livre II)	43.234	(21.753)	21.481
AZALEA	127.375	(68.989)	58.386
	<u>238.982</u>	<u>(125.145)</u>	<u>113.837</u>
Outros			
Outras imobilizações em curso ⁽⁴⁾	105.155	-	105.155
Transferência para ativos mantidos para venda	(230.122)	68.989	(161.133)
Total do imobilizado em curso	<u>2.506.303</u>	<u>(1.167.314)</u>	<u>1.338.989</u>

Nota 1: Conforme mencionado na Nota 1.1, a Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas dos parques eólicos do Complexo Alto Sertão III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e LER 2014. A Administração da Companhia vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar a ANEEL conexão e benefícios entre tais obrigações e o previsto

nos Planos de Recuperação Judicial aprovados pela Assembleia Geral de Credores e homologado judicialmente no último dia 18 de dezembro de 2020. Dessa forma, nenhuma provisão adicional foi constituída.

Nota 2: Os ativos pertinentes ao LER 2014 encontram-se alocados, para fins contábeis, na linha “ACL (Light 1)” acima.

Nota 3: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. Considerando o processo de recuperação judicial, esse pedido de reconsideração foi complementado para a sua aderência à nova situação da Companhia e continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. Conforme divulgado na Nota 17.a, a Companhia mantém provisão de R\$61.080 no período findo em 31 de março de 2021, para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessas outorgas.

Nota 4: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia, não sendo identificado em 31 de março de 2021 a necessidade de qualquer provisão complementar de *impairment*.

11.8 Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia concluiu que em 31 de março de 2021 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente.

Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 31 de março de 2021 no montante de R\$25.375 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação.

11.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 31 de março de 2021, a Companhia procedeu a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos e considerando a taxa de desconto real (calculada pela metodologia wacc) utilizada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos de 7,18% ao ano, e não identificou necessidade de complementar a provisão anteriormente constituída (R\$1.417.496 em 31 de dezembro de 2020).

11.10 Bens dados em garantia

As controladas indiretas Espira e Diamantina possuem bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.385.984, conforme Nota 14.3.

11.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstrução do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$57.000, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

12. Direito de uso – Arrendamentos

Para o período findo em 31 de março de 2021, a Companhia e suas controladas identificaram 1.801 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 1.645 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 135 aos parques eólicos em construção e 14 às PCHs em operação e ainda 7 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	31/03/2021		Passivo	31/03/2021	
	Consolidado	Controladora		Consolidado	Controladora
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	10.152	6.256
Direito de uso do ativo arrendado	46.306	21.816	(-) Juros a apropriar	(4.938)	(1.638)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(12.108)	(9.448)	Total do passivo circulante	5.214	4.618
	34.198	12.368	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	83.113	13.034
			(-) Juros a apropriar	(49.929)	(2.676)
			Total do passivo não circulante	33.184	10.358
Transferência para ativos mantidos para venda	(21.043)	(11.810)	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(24.366)	(14.406)
Ativo total	13.155	558	Passivo total	14.032	570

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do período a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Custo		
Amortização direito de uso	171	-
Despesa		
Amortização direito de uso	257	129
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>1.310</u>	<u>486</u>
Total	<u><u>1.738</u></u>	<u><u>6.15</u></u>

Em 31 de março de 2021, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2021	3.758	7.893
2022	4.515	8.731
2023	3.986	7.780
2024	3.509	6.840
2025	3.161	4.878
2026 a 2030	13.665	18.545
2031 a 2035	9.623	14.708
2036 a 2040	7.341	10.142
2041 a 2045	4.368	10.064
2046 a 2050	<u>941</u>	<u>3.684</u>
Total	<u><u>54.867</u></u>	<u><u>93.265</u></u>

13. Fornecedores

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Fornecedores		39.182	41.848	6.741	9.142
Fornecedores recuperação judicial		305.854	305.801	44.267	44.410
		<u>345.036</u>	<u>347.649</u>	<u>51.008</u>	<u>53.552</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	28.2	(593)	(331)	-	-
		<u>344.443</u>	<u>347.318</u>	<u>51.008</u>	<u>53.552</u>
Apresentados como:					
Circulante		51.282	45.492	15.485	9.485
Não circulante		293.161	301.826	35.523	44.067
Total		<u>344.443</u>	<u>347.318</u>	<u>51.008</u>	<u>53.552</u>

Em 31 de março de 2021 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, totaliza R\$305.854 (consolidado), sendo R\$12.684 - Classe I, R\$289.225 - Classe III e R\$3.945 - Classe IV. Na controladora o total é R\$44.267, sendo, R\$12.684 - Classe I, R\$31.153 - Classe III e R\$430 - Classe IV.



14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

14.1 Consolidado

		Consolidado													
		31/03/2021						31/12/2020							
Moeda Nacional	Custo da Dívida	Circulante			Não circulante			Total geral	Circulante			Não circulante			Total geral
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra ^(14.6.a)	9,5% a.a. (8,08% a.a.) ^a	818	11.127	11.945	3.407	47.288	50.695	62.640	4.410	11.127	15.537	-	50.069	50.069	65.606
Banco Safra ^(14.6.b)	0,5% a.a. + TR ^b	2	-	2	10	2.558	2.568	2.570	301	2.709	3.010	-	-	-	3.010
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") ^(14.6.c)	100% CDI ^b	89	-	89	19.438	445.253	464.691	464.780	44	-	44	17.187	445.253	462.440	462.484
Citibank ^(14.6.d)	100% CDI ^b	956	188.882	189.838	-	-	-	189.838	795	188.882	189.677	-	-	-	189.677
BTG Pactual ^(14.6.d)	155% CDI	19.562	171.027	190.589	-	-	-	190.589	16.634	171.027	187.661	-	-	-	187.661
Banco Modal ^(14.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	12	-	12	96	21.386	21.482	21.494	7	-	7	83	21.386	21.469	21.476
Banco Bradesco ^(14.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	2	-	2	21	4.674	4.695	4.697	3	-	3	17	4.674	4.691	4.694
Banco Itaú ^(14.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	4	-	4	20	4.503	4.523	4.527	3	-	3	16	4.503	4.519	4.522
Banco Bradesco ^(14.6.d)	100% CDI ^b	63	-	63	13.793	323.034	336.827	336.890	32	-	32	12.196	323.034	335.230	335.262
Banco Itaú ^(14.6.d)	100% CDI ^b	22	-	22	5.046	118.183	123.229	123.251	11	-	11	4.461	118.183	122.644	122.655
Banco ABC ^(14.6.d)	100% CDI ^b	10	-	10	2.019	47.273	49.292	49.302	5	-	5	1.785	47.273	49.058	49.063
Citibank ^(14.6.d)	100% CDI ^b	16	-	16	3.398	79.585	82.983	82.999	8	-	8	3.005	79.585	82.590	82.598
		21.556	371.036	392.592	47.248	1.093.737	1.140.985	1.533.577	22.253	373.745	395.998	38.750	1.093.960	1.132.710	1.528.708
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda (nota 28.2)		(818)	(11.127)	(11.945)	(3.407)	(47.288)	(50.695)	(62.640)	(4.410)	(11.127)	(15.537)	-	(50.069)	(50.069)	(65.606)
Subtotal dos empréstimos e financiamentos		20.738	359.909	380.647	43.841	1.046.449	1.090.290	1.470.937	17.843	362.618	380.461	38.750	1.043.891	1.082.641	1.463.102
DIP Quadra ^(14.6.c)	15% a.a.	-	-	-	5.657	362.465	368.122	368.122	-	-	-	-	-	-	-
Custo de captação da operação		-	-	-	-	(14.268)	(14.268)	(14.268)	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	5.657	348.197	353.854	353.854	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		20.738	359.909	380.647	49.498	1.394.646	1.444.144	1.824.791	17.843	362.618	380.461	38.750	1.043.891	1.082.641	1.463.102

a) 15% de bônus de adimplência.

b) As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.



14.2 Controladora

14.2.1 Empréstimos

	Custo da Dívida	31/03/2021							31/12/2020		
		Circulante			Não circulante				Circulante		
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Total geral	Encargos	Principal	Total
Citibank ^(14.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	956	188.882	189.838	-	-	-	189.838	795	188.882	189.677
BTG Pactual ^(14.6.d)	155% CDI	19.562	171.027	190.589	-	-	-	190.589	16.634	171.027	187.661
Banco Safra ^(14.6.b)	0,5% a.a. + TR ^b	2	-	2	10	2.558	2.568	2.570	301	2.709	3.010
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		20.520	359.909	380.429	10	2.558	2.568	380.427	17.730	362.618	380.348

b) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

14.2.2 Debêntures privadas

	Custo da Dívida	Não circulante					
		31/03/2021			31/12/2020		
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Debêntures privadas ^(14.6.f)	TR + 0,5% a.a.	273	440.129	440.402	137	51.000	51.137

Em 31 de março de 2021 a dívida total que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$1.090.510, sendo, R\$1.057.222 da Classe II e R\$33.288 da Classe III. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.3.



14.3 Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de março de 2021, é garantido da seguinte forma:

	BNB (nota 14.6.a)	BNDES (nota 14.6.c)	Banco BTG (nota 14.6.d)	Total
Recebíveis da Espra	362.295	-	362.295	362.295
Penhor de ações da Enerbras	147.896	-	147.896	147.896
Hipoteca/alienação de bens do ativo imobilizado	137.644	1.248.340	137.644	1.385.984
Caução em dinheiro (Nota 9)	11.869	-	-	11.869
Total	659.704	1.248.340	647.835	1.908.044

As demais garantias relacionadas aos financiamentos estão descritas na Nota 14.6.

14.4 Movimentação

a. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.300.734	261.564	1.562.298	356.641	12.021	368.662
Encargos financeiros provisionados	-	40.959	40.959	-	6.298	6.298
Encargos financeiros pagos	-	(1.223)	(1.223)	-	-	-
Comissões e outras penalidades	941	-	941	1.221	-	1.221
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.945)	-	(1.945)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	4	-	4	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2020	1.299.734	301.300	1.601.034	357.862	18.319	376.181
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.406.509	56.593	1.463.102	362.618	17.730	380.348
Empréstimos obtidos	362.465	-	362.465	-	-	-
Provisão dos encargos financeiros	-	14.715	14.715	-	2.649	2.649
Encargos financeiros pagos	-	(1.407)	(1.407)	-	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(2.782)	-	(2.782)	-	-	-
Incorporação de juros ao principal	(151)	151	-	(151)	151	-
Custo de captação	(14.392)	-	(14.392)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	124	-	124	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	2.782	184	2.966	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2021	1.754.555	70.236	1.824.791	362.467	20.530	382.997



b. A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora		Total
	Principal	Encargos	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.000	137	51.137
Captação de debêntures privadas	389.129	-	389.129
Encargos financeiros provisionados	-	136	136
Saldos em 31 de março de 2021	440.129	273	440.402

14.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.3):

Ano de vencimento	31/03/2021	
	Consolidado	Controladora
2022	30.291	1
2023	60.547	128
2024	81.237	128
2025	73.625	129
2026	81.265	129
2027 a 2031	1.117.061	706
2032 a 2036	14.386	1.347
Total	1.458.412	2.568

14.6 Resumo dos contratos

a. Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$137.644), o penhor de ações da Enerbras (R\$147.896), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, no valor de R\$362.295 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.869, em 31 de março de 2021, que deverá ser mantida durante todo o prazo da operação de financiamento (Nota 9). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

Em 28 de abril de 2020, a controlada indireta Espra repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4.798, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o



prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal.

b. Banco Safra

Em 19 de dezembro de 2013 a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. – em recuperação (“Itaparica”) judicial assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$107.960, cujos recursos seriam destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possuía carência de 36 meses entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deveria ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pela controlada Itaparica, a FINEP decretou vencimento antecipado do financiamento e o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrou a integridade da dívida junto a FINEP utilizando R\$6.097 de recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogou no saldo remanescente de R\$2.557, que posteriormente foi incluído na Classe III do plano de recuperação judicial.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. – em recuperação judicial (“Diamantina”), no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

As dívidas com esses bancos foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II).

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) cessão fiduciária de 34,72% dos dividendos da Chipley, (iii) penhor das máquinas e equipamentos, (iv) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (v) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (vi) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vii) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

d. Outros empréstimos – capital de giro

Banco Modal S.A.: em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão emitiu uma Cédula de Crédito Bancário de R\$15.000 acrescida de 100% do CDI mais uma taxa pré-fixada de 6% a.a. junto ao Banco Modal S.A. cujo vencimento ocorreu em 10 de setembro de 2019. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina como avalistas.

Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. São garantias da operação cartas fianças emitidas pela controlada Chipley e pela então controladora Light S.A. na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pelas controladas Diamantina e



Chipley, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 (Nota 17) restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.412, bem como um saldo no valor de R\$15.962 perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados acima foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.

Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundo da venda de ativos (Nota 1.3).

As principais garantias da operação são: i) aval da Chipley e ii) Cessão fiduciária de 35,28% dos dividendos distribuídos pela Chipley à Renova.

Banco BTG Pactual S.A.: em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor do principal da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI. Considerando a natureza extraconcursal do crédito, essa dívida não está sujeita a recuperação judicial e será amortizada com recursos oriundos da venda da UPI Enerbras (Nota 1.3).

São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento, mesmo o Banco BTG não tendo decretado o vencimento antecipado da dívida, a Companhia reclassificou o saldo integral da dívida para o passivo circulante, conforme determina a norma contábil.

e. DIP Quadra

Em 17 de dezembro de 2020, a controlada Chipley assinou contrato de empréstimo na modalidade DIP, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, com coobrigações da Companhia e da controlada Renovapar, conforme previsto e autorizado no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.



Em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante atualizado de R\$ 362.465 que serão utilizados para a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

O pagamento do principal atualizado ou seu saldo deverá ser realizado de acordo com o cronograma de amortização abaixo, acrescido dos encargos remuneratórios previstos na referida cédula de crédito:

Vencimento	Saldo principal atualizado	Vencimento	Saldo principal atualizado	Vencimento	Saldo principal atualizado
15/04/2022	4,00%	15/04/2025	2,99%	15/04/2028	26,88%
15/10/2022	4,17%	15/10/2025	3,09%	15/10/2028	36,76%
15/04/2023	0,82%	15/04/2026	4,46%	15/04/2029	38,37%
15/10/2023	0,82%	15/10/2026	4,67%	15/10/2029	62,26%
15/04/2024	3,87%	15/04/2027	17,48%	15/04/2030	50,00%
15/10/2024	4,02%	15/10/2027	21,19%	15/10/2030	Saldo remanescente

f. Debêntures privadas

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A., foram realizadas emissões privadas de debentures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela controlada Chipley, conforme resumo a seguir:

Data	Emissão privada	Valor	Vencimento	Saldo em 31/03/2021
24/03/2020	4ª	51.000	24/03/2025	51.180
05/03/2021	5ª	348.519	05/03/2026	348.606
08/03/2021	6ª	20.210	08/03/2026	20.215
24/03/2021	7ª	20.400	24/03/2026	20.401
		<u>440.129</u>		<u>440.402</u>



15. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
IRPJ a pagar	113	101	-	-
CSLL a pagar	21	19	-	-
COFINS a recolher	23	15	1	11
PIS a recolher	4	3	-	2
Tributos sobre folha de pagamento	982	1.091	982	1.091
Tributos retidos de terceiros	3.812	3.828	2.502	2.926
Tributos sobre operações de mútuo	34	12	34	12
Tributos em parcelamento	24.699	25.963	4.546	4.798
Outros impostos a recolher	-	521	-	-
	<u>29.688</u>	<u>31.553</u>	<u>8.065</u>	<u>8.840</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 28.2)	(236)	(214)	-	-
TOTAL	<u><u>29.452</u></u>	<u><u>31.339</u></u>	<u><u>8.065</u></u>	<u><u>8.840</u></u>
Apresentados como:				
Circulante	10.695	11.064	4.690	5.179
Não circulante	18.757	20.275	3.375	3.661
Total	<u><u>29.452</u></u>	<u><u>31.339</u></u>	<u><u>8.065</u></u>	<u><u>8.840</u></u>

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R\$4.546 refere-se a: i) débitos de IRRF sobre as operações de mútuo incluídos no parcelamento simplificado junto à Receita Federal do Brasil no ano de 2019, optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros, cujo saldo a pagar em 31 de março de 2021 corresponde a R\$ 3.543, e ii) outros débitos de IRRF e IOF sobre operações de mútuo, parcelados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) em dezembro de 2020, através da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos, cujo saldo a pagar em 31 de março de 2021 é R\$ 1.003.

Em 2019, determinadas controladas como a Chipley SP Participações, Renova Comercializadora de Energia e determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

Em dezembro de 2020, as controladas Chipley SP Participações e Renova Comercializadora de Energia parcelaram débitos IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e IOF sobre as operações de mútuo junto a PGFN por meio da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O total do montante de débitos parcelados pela controladas segue apresentado na linha de “Tributos em parcelamento” no consolidado no quadro acima.



16. Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás (consolidado)

	Passivo	
	31/03/2021	31/12/2020
Circulante		
Eletróbras	3.576	3.640
CCEE	21.376	17.373
Total	24.952	21.013
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 28.2)	(3.576)	(3.640)
Total do circulante	21.376	17.373
Não circulante		
Eletróbras	11.748	12.432
CCEE	41.752	40.778
	53.500	53.210
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 28.2)	(11.748)	(12.432)
Total do não circulante	41.752	40.778
Total	63.128	58.151

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$33.808 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.3.

Eletróbrás

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletróbrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletróbrás, sendo a parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia (“MRE”), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 13,01 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 15,35 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2021 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o



ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior.

16.1 Movimentação

A movimentação dos exercícios está apresentada a seguir:

	31/12/2020	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	31/03/2021
Eletrobras	-	876	-	(1.624)	748	-
CCEE	58.151	-	7.497	(2.520)	-	63.128
Total do passivo	58.151	876	7.497	(4.144)	748	63.128

	31/12/2019	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	31/03/2020
Eletrobras	22.777	(503)	-	(2.049)	20.225
CCEE	41.577	-	3.771	-	45.348
Total do passivo	64.354	(503)	3.771	(2.049)	65.573

17. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Penalidades ANEEL ^(a)	61.080	61.080	-	-
Outros ^(b)	136.657	136.732	97.375	96.803
Total	197.737	197.812	97.375	96.803
Transferência de passivo para ativo mantido para venda (nota 28.2)	(981)	(1.051)		
Total	196.756	196.761	97.375	96.803
Apresentados como:				
Circulante	93.555	93.538	29.698	29.105
Não circulante	103.201	103.223	67.677	67.698
Total	196.756	196.761	97.375	96.803

(a) O saldo provisionado em favor da ANEEL no montante de R\$61.080 refere-se a penalidades aplicadas pelo cancelamento das outorgas dos projetos relacionados a parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, ocorrida em 4 de junho de 2019.

(b) Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a: i) passivo com a AES, que será quitado futuramente seja por meio do plano de recuperação judicial, em caso de concursabilidade, seja por outros meios, inclusive um possível encontro de contas contra créditos futuros, em caso de não sujeição de tal crédito ao



plano de recuperação judicial, no montante de R\$43.391 (Nota 1.2.2), ii) negociação realizada com a Casa dos Ventos, conforme descrito na Nota 11.8, no montante de R\$25.375, iii) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 14.6, no montante atualizado de R\$15.962 (Classe III), iv) valores a pagar relacionados a processos cíveis e trabalhistas, que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, no montante de R\$39.810, sendo R\$6.997 na Classe I, R\$32.765, na Classe III e R\$48 na Classe IV, v) Crédito de partes relacionadas cedidos a terceiros, no montante de R\$6.856 foi reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar (Classe III) e vi) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A, no montante ajustado de R\$4.230.

18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de março de 2021, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$139.141 (31 de dezembro de 2020, R\$132.826), sendo R\$34.564 cíveis, R\$8.994 trabalhistas, R\$92.622 fiscais, R\$461, administrativas e R\$2.500, regulatórias. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 31 de março de 2021:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.825	8.772	92.291	438	2.500	132.826
Adição ^(a)	4.626	-	-	-	-	4.626
Atualização	1.275	219	331	19	-	1.844
Baixa	(163)	-	-	-	-	(163)
Total	34.563	8.991	92.622	457	2.500	139.133
Honorários de êxito ^(b)	1	3	-	4	-	8
Saldos em 31 de março de 2021	<u>34.564</u>	<u>8.994</u>	<u>92.622</u>	<u>461</u>	<u>2.500</u>	<u>139.141</u>

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	96.944	8.757	89.318	156	195.175
Adição	4.837	748	-	-	5.585
Atualização	7	195	-	6	208
Saldos em 31 de março de 2020	<u>98.307</u>	<u>9.399</u>	<u>89.318</u>	<u>162</u>	<u>197.186</u>

(a) refere-se substancialmente a complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros, no montante de R\$4.615.

(b) refere-se a complemento da provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável, constituídas com base na avaliação realizada pela Administração da Companhia nos processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$1.002.557 (31 de dezembro de 2020, R\$963.648), sendo R\$995.536 (31 de dezembro de 2020, R\$956.824) cíveis, R\$2.834 (31 de dezembro de 2020, R\$2.765) administrativas e R\$4.187 trabalhistas



(31 de dezembro de 2020, R\$4.060), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 31 de março de 2021.

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto a execução do suposto descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e mantiveram provisão de R\$23.990.

b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$10.574 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

Possíveis

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

a) processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$530.220 (R\$313.393, 31 de dezembro de 2020) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.

b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$465.316 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

18.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Como divulgado no Fato Relevante publicado em 20 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia constituiu, em março de 2018, um Comitê de Monitoramento formado por membros do próprio Conselho de Administração e também do Conselho Fiscal para supervisionar a realização de uma investigação interna, conduzida por empresa independente especializada em investigações forenses com suporte de um escritório de advocacia externo inicialmente para avaliação dos fatos tornados públicos relativos à investigação conduzida pela Polícia Civil de Minas Gerais (Investigação Mineira) que depois foi expandida para abranger os fatos tornados públicos relativos a outras investigações, inclusive aqueles relacionados à Operação “Descarte” e a Operação “E o Vento Levou”. A investigação independente foi iniciada em março de 2018 e concluída em fevereiro de 2020.

Ao final da investigação interna, o escritório de investigação independente emitiu seu relatório final, que foi apresentado ao Comitê de Monitoramento e ao Conselho de Administração. O relatório final dessas investigações internas acabou por não identificar provas concretas de atos de corrupção ou desvios para campanhas políticas.



Todavia, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo: (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões nos anos de 2012 a 2018, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões nos anos de 2012 a 2017 e (iii) falhas nos controles internos da Companhia.

Após análise minuciosa dos valores citados no relatório dos Investigadores Independentes a Administração concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da Companhia e assim devem ser mantidos. Por outro lado, a Administração constatou que o valor restante (R\$142 milhões) já havia sido lançado contra o resultado de exercícios em anos anteriores, e, portanto, não produziram nenhum impacto informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2021 e de períodos anteriores.

Ainda, como divulgado no citado Fato Relevante de 20 de fevereiro de 2020, a Companhia tem a informação de que os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Investigação Mineira ainda não foram finalizados, sendo que as autoridades governamentais poderão levar tempo adicional para concluir todos seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes poderão ser reveladas no futuro.

Adicionalmente, em outubro de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos dos Impostos de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. Conquanto a Companhia tenha apresentado impugnação desse Auto de Infração, advogados externos contratados pela Companhia avaliaram como provável o risco de perda na esfera administrativa na defesa da Companhia. te

Por fim a Companhia informa que em complemento as melhorias nos controles internos que vem sendo adotadas ao longo dos anos, especificamente em março de 2020 foi criada a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade, a qual vem implementando de forma contínua e, em conjunto com as demais diretorias da Renova Energia, uma série de planos de ação voltados ao fortalecimento do Programa de Compliance da Companhia, principalmente direcionados a:

- (i) Implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias;
- (ii) Revisão/implementação de políticas e procedimentos principalmente relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- (iii) Implementação de monitoramento de terceiros de alto risco;
- (iv) Comunicação e treinamento de colaboradores;
- (v) Aprimoramento do canal de denúncia e de procedimentos de apuração de denúncias, com a definição de consequências e medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- (vi) Revisão de cláusulas de integridade nos contratos de prestação de serviços e de arrendamentos, permitindo a realização de auditorias desses contratos e possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta por parte de seus terceiros;
- (vii) Obtenção de termos de adesão a Política Corporativa Anticorrupção e novo Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração além dos membros do Conselho Fiscal;
- (viii) Implementação de ferramentas eletrônicas de assinatura de contratos e documentos corporativos permitindo a formalização desses documentos mesmo diante do distanciamento social imposto pela COVID-19, assegurando maior agilidade e rastreabilidade das contratações;
- (ix) Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia;



Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de *Compliance* da Renova Energia, sendo importante destacar que a Diretoria de Governança Riscos e Conformidade tem reportado periodicamente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal a evolução dos indicadores de evolução do referido Programa. A Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade também mantém o reporte das principais iniciativas de aprimoramento dos controles e ações implementadas até o momento aos auditores internos e externos, contribuindo assim para a transparência na evolução e efetividade do Programa de *Compliance* da Renova Energia.

A Companhia informa por fim que continuará à disposição para colaborar com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes e avaliando, com base nos resultados apurados, a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados não apenas à conclusão definitiva dessas investigações, mas também as medidas adequadas à proteção da sua imagem perante nossos *stakeholders*.

19. Provisão para contrato oneroso

Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia com a CEMIG e a Light, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. Ambos os contratos estão inclusos no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que os preços estabelecidos nesses contratos estavam inferiores aos preços da energia que estava sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.

Em 31 de março de 2021 o saldo da provisão considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI é de R\$19.365, (R\$18.335, em 31 de dezembro de 2020), assim a Companhia complementou a provisão existente em R\$1.030.

20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.



b) Capital social

O capital social da Companhia, no valor de R\$2.960.776, em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está dividido em 41.719.724 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 31.352.518 são ações ordinárias e 10.367.206 são ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle ¹	26.328.648	83,98%	1	0,00%	26.328.649	63,11%
Ricardo Lopes Delneri	1.642.183	5,24%	-	0,00%	1.642.183	3,94%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	2,82%	-	0,00%	884.252	2,12%
CG II Fundo de Investimento	8.686.842	27,71%	-	0,00%	8.686.842	20,82%
Cemig GT	15.115.371	48,21%	1	0,00%	15.115.372	36,23%
Outros Acionistas	5.023.870	16,02%	10.367.205	100,00%	15.391.075	36,89%
CG II Fundo de Investimento	27.359	0,09%	406.795	3,92%	434.154	1,04%
Ricardo Lopes Delneri	170	0,00%	317	0,00%	487	0,00%
Renato do Amaral Figueiredo ²	36.162	0,12%	-	0,00%	36.162	0,09%
BNDESPAR	696.683	2,22%	1.393.366	13,44%	2.090.049	5,01%
Spectra Volpi Fundo de Investimento em participações Multiestratégia	1.712.178	5,46%	3.424.354	33,03%	5.136.532	12,31%
Outros	2.551.318	8,14%	5.142.373	49,60%	7.693.691	18,44%
Total	31.352.518	100,00%	10.367.206	100,00%	41.719.724	100,00%

Nota 1: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Nota 2: Ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

Em 01 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, de forma a efetivar o 1º Processo de Aumento de Capital e Conversão, nos termos dos planos de recuperação judicial do Grupo Renova. O aumento de capital foi aprovado com o valor de até R\$ 1.420.786, sendo admitida a homologação parcial, caso o valor subscrito seja igual ou superior a R\$ 332.416, que corresponde ao valor dos créditos a serem capitalizados nos termos dos planos. O aumento de capital e o seu valor definitivo estão sujeitos a homologação pelo Conselho de Administração, após encerrados os prazos de exercício do direito de preferência e de subscrição de sobras pelos titulares de direitos de subscrição (nota 31.3).

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

d) Outros resultados abrangentes – Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao efeito reflexo dos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa, considerados efetivos da controlada em conjunto Brasil PCH, que atrelou seus passivos financeiros de maior expressão a um indexador de preços que remunera os recebíveis ao I-GPM (Nota 10.3.1).



21. Receita líquida

	Consolidado			
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
	MWh*	MWh*		
Geração				
Suprimento de energia elétrica - PCHs	19.757	30.313	12.249	12.799
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			11.877	-
			24.126	12.799
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(1.545)	(467)
Total			22.581	12.332

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.



22. Custos e despesas (receitas)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽¹⁾	16.750	-	-	-
Custo da operação				
Serviços de terceiros	841	1.016	-	-
Seguros	52	51	-	-
Material de uso e consumo	188	349	-	-
Repactuação do risco hidrológico	550	532	-	-
Outros custos	5	7	-	-
	<u>1.636</u>	<u>1.955</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Depreciações e amortizações (Nota 11)	22	1.893	22	367
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust ⁽²⁾	215	166	-	-
Taxa de fiscalização	34	32	-	-
	<u>249</u>	<u>198</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>18.657</u>	<u>4.046</u>	<u>22</u>	<u>367</u>
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	7.833	7.327	3.829	3.492
Serviços de terceiros	9.275	6.523	7.817	4.523
Aluguéis e arrendamentos	94	150	1	11
Viagens	122	205	14	58
Seguros	1.078	833	218	12
Telefonia e TI	657	361	145	114
Material de uso e consumo	116	261	19	32
Contingências cíveis e trabalhistas	4.452	2.129	5.029	5.387
Outras despesas	725	257	176	16
	<u>24.352</u>	<u>18.046</u>	<u>17.248</u>	<u>13.645</u>
Depreciações e amortizações (Nota 11)	462	1.620	334	1.462
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 11.9)	-	3.646	-	-
Outras (receitas) despesas líquidas				
Multa sobre ressarcimento (Nota 16.1)	7.497	3.771	-	-
Tusd/Tust ⁽²⁾	3.567	5.509	-	-
Taxa de fiscalização	21	22	-	-
Licenças e estudos ambientais	227	426	-	-
Contrato oneroso (Nota 19)	1.030	(33.069)	-	-
Reversão provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins	-	(3)	-	-
Outras despesas (receitas)	(38)	(1.544)	(8)	(1.536)
	<u>12.304</u>	<u>(24.888)</u>	<u>(8)</u>	<u>(1.536)</u>
Total	<u>37.118</u>	<u>(1.576)</u>	<u>17.574</u>	<u>13.571</u>

(1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial. A controlada Renova Comercializadora suspendeu seus contratos de compra e venda de energia



entre janeiro de 2019 e julho de 2020. Em agosto de 2020 a Renova Comercializadora voltou a comprar energia para atender o contrato com a LIGHTCOM.

- (2) TUSD - tarifa de uso do sistema de distribuição e TUST - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de TUST registrados nas despesas estão relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III. A partir de agosto de 2020 a ONS suspendeu a cobrança da TUST para os parques da Fase B.

23. Resultado financeiro

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		654	237	4	19
Outras receitas financeiras		82	95	28	192
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira ¹		(33)	(10)	(2)	(5)
Total das receitas financeiras		703	322	30	206
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	14.4	(14.715)	(40.959)	(2.649)	(6.298)
Juros - partes relacionadas	25	(5.545)	(18.520)	(5.545)	(22.891)
Juros		(1.298)	(12.026)	257	(383)
Fiança bancária para dívida		(7)	(2.681)	(7)	(101)
IOF		(49)	(1.968)	-	(1.288)
Juros sobre obrigação de arrendamento	12	(1.310)	(1.421)	(486)	(641)
Outras despesas financeiras		(2.060)	(391)	(1.976)	(243)
Total das despesas financeiras		(24.984)	(77.966)	(10.406)	(31.845)
Total do resultado financeiro		(24.281)	(77.644)	(10.376)	(31.639)

- (1) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado.

De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos seus passivos provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Com a aprovação do plano de recuperação judicial esses valores foram revisados e atualizados conforme previsto no referido plano.



24. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(29.609)	(52.726)	(30.023)	(53.166)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	10.067	17.927	10.208	18.076
Exclusões (adições) permanentes				
Despesas não dedutíveis	(515)	(204)	(515)	(202)
Resultado da equivalência patrimonial	9.475	5.119	(697)	(2.580)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	1.518	722	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(7.561)	(6.413)	(2.764)	(9.056)
Prejuízo fiscal e base negativa	(13.398)	(17.591)	(6.232)	(6.238)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(414)</u>	<u>(440)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Taxa efetiva	-1%	-1%	-	-

A controladora não apurou lucro tributável nos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/03/2021	31/03/2020
Prejuízo fiscal do período	(18.330)	(18.348)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	<u>(990.988)</u>	<u>(911.811)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(1.009.318)</u>	<u>(930.159)</u>



25. Transações com partes relacionadas

25.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
<u>Mútuo⁽¹⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	63.770	63.770	-	(966)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	-	-	874	874	-	(16)	-	-
Chiple SP Participações S.A. - em recuperação judicial	-	-	278.412	278.554	-	(3.389)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	12.346	36.889	-	-	-	-	-	-
Diamantina Eólica Participações S.A. - em recuperação judicial	2.019	2.019	-	-	-	-	-	-
Controladas - LER 2013	2.619	-	-	-	-	-	-	-
Controladas - ACL (Light I)	4.004	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	-	1	-	-	-	-	-	-
Subtotal	20.988	38.909	343.056	343.198	-	(4.371)	-	-
<u>Partes relacionadas^(5, 6, 7)</u>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	754.690	750.320	(4.405)	(11.651)	-	-
Ricardo Lopes Delneri	-	-	175.435	174.704	(731)	-	-	-
Renato de Amaral Figueiredo	-	-	98.157	97.748	(409)	-	-	-
CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-	-	-	-	(6.869)	-	-
Subtotal	-	-	1.028.282	1.022.772	(5.545)	(18.520)	-	-
<u>Rateio de despesa⁽²⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	666	258	-	-	-	-	(1.267)	(1.105)
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	849	514	-	-	-	-	(335)	(652)
Controladas - LER 2013	1.064	5.734	-	-	-	-	(934)	(500)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	158	427	-	-	-	-	(139)	(75)
Controladas - ACL (Light I)	1.700	8.803	-	-	-	-	(1.492)	(801)
Controladas - ACL (Light II)	241	5.570	-	-	-	-	(75)	(644)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	139	2.971	-	-	-	-	(50)	(345)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	1.171	1.518	-	-	-	-	(966)	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	135	187	-	-	-	-	(110)	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	115	84	-	-	-	-	(103)	-
Subtotal	6.238	26.066	-	-	-	-	(5.471)	(4.122)
Transferência para ativos mantidos para venda	(135)	(187)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	6.103	25.879	-	-	-	-	(5.471)	(4.122)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital⁽³⁾</u>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	5.000	5.000	-	-	-	-
Alto Sertão Participações S.A. - em recuperação judicial	-	99.830	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - em recuperação judicial	-	1.109	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	-	1.210	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Alcauz S.A. - em recuperação judicial	-	1.695	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - em recuperação judicial	-	1.934	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - em recuperação judicial	-	1.311	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - em recuperação judicial	-	1.055	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - em recuperação judicial	-	1.307	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - em recuperação judicial	-	798	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - em recuperação judicial	-	1.429	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - em recuperação judicial	-	1.450	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - em recuperação judicial	-	1.674	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - em recuperação judicial	-	1.371	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - em recuperação judicial	-	583	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - em recuperação judicial	-	741	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - em recuperação judicial	-	696	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - em recuperação judicial	-	1.079	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - em recuperação judicial	-	693	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - em recuperação judicial	-	614	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - em recuperação judicial	-	324	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Emburuçu S.A. - em recuperação judicial	-	375	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - em recuperação judicial	-	1.876	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial	-	13.422	-	-	-	-	-	-
Outras participações	-	1.174	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	137.750	5.000	5.000	-	-	-	-
Total	27.091	202.538	1.376.338	1.370.970	(5.545)	(22.891)	(5.471)	(4.122)

25.2. Consolidado

	Consolidado				
	Passivo		Receita	Resultado financeiro	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2020
CEMIG Geração e Transmissão S.A.					
Contas a receber de clientes (venda de energia) ⁽⁴⁾	-	-	7.070	-	-
TARD ⁽⁵⁾	710.147	707.189	-	(2.958)	(11.330)
Adiantamento para futuro aumento de capital ⁽⁷⁾	5.000	5.000	-	-	-
Outras operações com partes relacionadas ⁽⁷⁾	44.543	43.131	-	(1.447)	(321)
Total	<u>759.690</u>	<u>755.320</u>	<u>7.070</u>	<u>(4.405)</u>	<u>(11.651)</u>
TARD ⁽⁶⁾					
Ricardo Lopes Delneri	175.435	174.704	-	(731)	-
Renato do Amaral Figueiredo	98.157	97.748	-	(409)	-
CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-	-	-	(6.869)
	<u>1.033.282</u>	<u>1.027.772</u>	<u>7.070</u>	<u>(5.545)</u>	<u>(18.520)</u>
Apresentados como:					
<u>Circulante</u>					
Passivo					
Partes relacionadas (Nota 25)	44.543	43.131			
<u>Não circulante</u>					
Passivo					
Partes relacionadas (Nota 25)	988.739	984.641			
Total	<u>1.033.282</u>	<u>1.027.772</u>			

25.3. Movimentação

	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.020.822</u>	<u>81.006</u>	<u>1.287.241</u>
Adição	26.436	19.603	30.476
Amortização	-	(864)	(4.508)
Encargos financeiros provisionados	18.520	-	22.891
Saldos em 31 de março de 2020	<u>1.065.778</u>	<u>99.745</u>	<u>1.336.100</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.027.772</u>	<u>202.538</u>	<u>1.370.970</u>
Adição	(35)	14.323	(35)
Amortização	-	(27.632)	(142)
Encargos financeiros provisionados	5.545	-	5.545
Capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital	-	(152.190)	-
Transferência do adiantamento para futuro aumento de capital para o investimento	-	(10.000)	-
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(52)	-
Saldos em 31 de março de 2021	<u>1.033.282</u>	<u>27.091</u>	<u>1.376.338</u>

25.4. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR (TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a, até março de 2020).
- (2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- (3) Os saldos mantidos como adiantamento para futuro aumento de capital estão relacionados a: i) adiantamentos da Renova para as controladas e ii) pela CEMIG GT na Renova. Em 22 de março de 2021, a Companhia capitalizou os adiantamentos para futuro aumento de capital nas controladas.
- (4) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue:
 - a. Contrato Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT até agosto de 2035.
 - i. Em 21 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta realizada pela CEMIG GT para a suspensão das obrigações previstas no contrato até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022.
 - ii. Em 10 de outubro de 2019 a controlada Renova Comercializadora e LIGHTCOM assinaram o 4º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i)

suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de julho de 2020; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada.

(5) TARDs CEMIG – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre outubro de 2016 e abril de 2019.

(6) TARDs Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados originalmente entre a LIGHTCOM e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre março e outubro de 2019.

Em 21 de dezembro de 2020, o acionista Ricardo Lopes Delneri cedeu parte dos seus créditos para terceiros. Assim o montante de R\$6.828 foi reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar (Nota 17).

Conforme plano de recuperação judicial, os créditos detidos por credores partes relacionadas poderão ser quitados da seguinte forma:

a. Durante os primeiros 24 meses contados da data de homologação, e desde que observada a Cláusula 6.1.2 do plano de recuperação de judicial, poderão converter, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus créditos concursais ou créditos extraconcursais em capital social da Companhia. O preço de emissão das ações que resultarem da conversão dos créditos em capital social será equivalente ao preço médio de fechamento das ações da Companhia na B3 apurado nos 30 dias anteriores à data do pedido de recuperação judicial (nota 20.b).

Os créditos serão corrigidos a 100% da variação do CDI, a partir da data de homologação até a data da sua conversão em ações.

b. Decorrido o prazo de 24 meses contados da data de homologação, os créditos não poderão mais ser convertidos em capital da Companhia. Eventuais saldos de créditos concursais serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Renova Energia e não conversíveis em capital social.

Essas Debêntures terão vencimento em 60 dias contados da data de quitação integral dos Credores Concursais e Extraconcursais e, em nenhuma hipótese serão total ou parcialmente amortizadas ou serão objeto de compensação antes da quitação integral dos demais credores concursais. Serão remuneradas a 100% do CDI, desde a data de homologação.

A CEMIG, em razão das garantias fiduciárias que detém, terá direito à amortização parcial antecipada dessas debêntures fazendo jus ao recebimento de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos recursos líquidos obtidos com a alienação das UPIs Projetos em Desenvolvimento. E ainda, poderá optar por não receber debêntures e, nesse caso, se realizará aditamento aos seus atuais instrumentos de dívida.

Garantias às antecipações e aos TARDs

O saldo devedor das antecipações e dos TARDs mencionados acima são garantidos da seguinte forma:

- (i) alienação fiduciária de 30% das ações da Chipley de titularidade da Controladora (Nota 15.6.d);
- (ii) cessão fiduciária de 30% do fluxo dividendos e/ou de juros sobre capital próprio limitados a R\$35.000 anuais da Chipley.
- (iii) cessão fiduciária sobre 30% dos recebíveis oriundos da venda das ações da Chipley de titularidade da Controladora e alienadas na forma do item (i) acima (Nota 14.6.d);

- (iv) alienação fiduciária sobre a integralidade das ações da Bahia Holding e sobre 49,9% das ações da Ventos de São Cristóvão;
- (v) cessão fiduciária sobre as sobras do produto da execução das garantias representadas pelos itens (i) e (iv) acima.

(7) Outras operações com partes relacionadas:

Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	
Valor	10.000	6.500	20.000	36.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	
Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	
Saldo em 31 de março de 2021	12.251	7.936	24.356	44.543

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019 a acionista Cemig GT aportou R\$5.000 como adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia.

Conforme previsto no plano de recuperação judicial esses valores serão quitados com recursos provenientes da venda da UPI Mina de Ouro (nota 1.3).

A Companhia emitiu instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas pela parte relacionada Chipley (Nota 14.6.e).

26.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$2.361 e R\$3.823, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/03/2021					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	3,00	5,00	3,00	4,00	12,00
Remuneração fixa acumulada	516	569	1.085	84	126	1.295
Salário ou pró-labore	475	494	969	84	126	1.179
Benefícios diretos e indiretos	41	75	116	-	-	116
Remuneração variável acumulada	474	425	899	-	-	899
Bônus	69	42	111	-	-	111
Provisão Programa de participação no resultado	405	383	788	-	-	788
Benefícios motivados pela cessação do cargo	92	75	167	-	-	167
Valor total da remuneração por órgão	<u>1.082</u>	<u>1.069</u>	<u>2.151</u>	<u>84</u>	<u>126</u>	<u>2.361</u>
	31/03/2020					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	2,33	4,33	3,00	4,00	11,33
Remuneração fixa acumulada	620	556	1.176	101	109	1.386
Salário ou pró-labore	420	357	777	84	91	952
Benefícios diretos e indiretos	53	73	126	-	-	126
Outros	147	126	273	17	18	308
Encargos decorrentes da remuneração fixa	147	126	273	17	18	308
Remuneração variável acumulada	1.094	874	1.968	-	-	1.968
Bônus	84	55	139	-	-	139
Provisão Programa de participação no resultado	1.010	819	1.829	-	-	1.829
Benefícios motivados pela cessação do cargo	412	57	469	-	-	469
Valor total da remuneração por órgão	<u>2.126</u>	<u>1.487</u>	<u>3.613</u>	<u>101</u>	<u>109</u>	<u>3.823</u>

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/03/2021				31/03/2020			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2,00	3,00	3,00	4,00	2,00	2,33	3,00	4,00
Valor da maior remuneração individual	739	557	36	25	773	606	43	27
Valor da menor remuneração individual	343	192	24	25	415	331	29	27
Valor médio de remuneração individual	541	357	28	25	503	320	34	27

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, o montante de até R\$6.473 para a remuneração global dos administradores referente ao período de maio de 2021 a abril de 2022.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso.

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.911	10.237	4.911	10.237
Aplicações financeiras	391.443	37.914	391.443	37.914
Contas a receber de clientes	4.214	4.220	4.214	4.220
Não circulante				
Aplicações financeiras	246	296	246	296
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	51.282	45.492	51.282	45.492
Empréstimos e financiamentos	380.647	380.461	380.647	380.461
Partes relacionadas	44.543	43.131	44.543	43.131
Não circulante				
Fornecedores	293.161	301.826	293.161	301.826
Empréstimos e financiamentos	1.444.144	1.082.641	1.444.144	1.082.641
Partes relacionadas	988.739	984.641	988.739	984.641

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10.066	10.070	10.066	10.070
Aplicações financeiras	23.529	-	23.529	-
Contas a receber de clientes	-	150	-	150
Partes relacionadas	6.103	25.879	6.103	25.879
Não circulante				
Aplicações financeiras	12.249	296	12.249	296
Partes relacionadas	20.988	176.659	20.988	176.659
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	15.485	9.485	15.485	9.485
Empréstimos e financiamentos	380.429	380.348	380.429	380.348
Partes relacionadas	44.543	43.131	44.543	43.131
Não circulante				
Fornecedores	35.523	44.067	35.523	44.067
Debêntures privadas	440.402	51.137	440.402	51.137
Partes relacionadas	1.331.795	1.327.839	1.331.795	1.327.839

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.911	-	10.237	-
Aplicações financeiras	391.443	-	37.914	-
Contas a receber de clientes	-	4.214	-	4.220
Não circulante				
Aplicações financeiras	246	-	296	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	51.282	-	45.492
Empréstimos e financiamentos	-	380.647	-	380.461
Partes relacionadas	-	44.543	-	43.131
Não circulante				
Fornecedores	-	293.161	-	301.826
Empréstimos e financiamentos	-	1.444.144	-	1.082.641
Partes relacionadas	-	988.739	-	984.641

	Controladora			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10.066	-	10.070	-
Aplicações financeiras	23.529	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	150
Partes relacionadas	-	6.103	-	25.879
Não circulante				
Aplicações financeiras	12.249	-	296	-
Partes relacionadas	-	20.988	-	176.659
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	15.485	-	9.485
Empréstimos e financiamentos	-	380.429	-	380.348
Partes relacionadas	-	44.543	-	43.131
Não circulante				
Fornecedores	-	35.523	-	44.067
Debêntures privadas	-	440.402	-	51.137
Partes relacionadas	-	1.331.795	-	1.327.839

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Descrição	Consolidado			
	Saldo em 31/3/2021	Valor justo em 31 de março de 2021		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	<u>391.689</u>	<u>391.689</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Descrição	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Valor justo em 31 de dezembro de 2020		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	<u>38.210</u>	<u>38.210</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de março de 2021 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 31 de março de 2021 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 15, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, BTG, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de março de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de março de 2021, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Taxa efetiva em 31 de março de 2021	2,65%	2,65%	2,65%
	Aplicações financeiras:	391.689	391.689	391.689
	Taxa anual estimada do CDI para 2021	5,25%	3,94%	2,63%
	Efeito anual nas aplicações financeiras:			
	Perda	-	-	(79)
Alta do CDI	Outros empréstimos:	1.437.649	1.437.649	1.437.649
	Partes relacionadas:	1.028.282	1.028.282	1.028.282
	Taxa anual estimada do CDI para 2021	5,25%	6,56%	7,88%
	Perda anual nos outros empréstimos e partes relacionadas	(66.710)	(100.385)	(134.061)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 5,25%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (3,94% a.a.) e 50% (2,63% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e operações com partes relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (6,56% a.a.) e 50% (7,88% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) *Risco de Liquidez*

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 14.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 18 de dezembro de 2020 os planos de recuperação judicial da Companhia e determinadas controladas foram aprovados, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.3. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f.1. *Tabela do risco de liquidez e juros*

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Instrumentos a taxa de juros	De 3 meses				Total
	De 1 a 3 meses	a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Classe I	19.681	-	-	-	19.681
Classe II	-	200	213.565	843.457	1.057.222
Classe III	-	200	132.518	749.790	882.508
Classe IV	508	3.485	-	-	3.993
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	380.427	-	-	-	380.427
DIP	-	-	106.737	261.385	368.122
Partes relacionadas	835.501	-	-	-	835.501
Total	1.236.117	3.885	452.820	1.854.632	3.547.454

g) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

Ativos financeiros	Nota	Valor contábil		
		Consolidado		Controladora
		31/03/2021	31/12/2020	31/12/2020
Circulante				
Contas a receber de clientes	8	4.214	4.220	150

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de março de 2021 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h) Gestão de capital

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(2.858.073)	(2.490.874)
Patrimônio líquido negativo	(1.127.370)	(1.107.637)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	393.448	48.447
Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo	(3.591.995)	(3.550.064)

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Administração acredita que a Companhia, os Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerão condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

i) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo as da Espra, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. As três PCHs da controlada indireta, Espra, optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

27. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	31/03/2021	31/03/2020
Prejuízo do período	(30.023)	(53.166)
<u>Prejuízo básico e diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,72)</u>	<u>(1,27)</u>

28. Ativos classificados como mantidos para venda

Conforme mencionado na Nota 1.3, os planos de recuperação judicial preveem a alienação da UPI Brasil PCH, UPI Mina de Ouro, UPI Enerbras e UPI AS III Fase B. Assim, em 31 de março de 2021, os ativos e passivos relacionados a essas UPIs e a outros projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

28.1 Controladora

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>31/03/2021</u>
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	149.447
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.822
Projetos eólicos em desenvolvimento	28.145
Total	190.414
<u>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</u>	<u>31/03/2021</u>
Arrendamentos a pagar	14.407

28.2 Consolidado

Balanco patrimonial

<u>ATIVOS</u>	<u>SF 120 - Mina de Ouro</u>	<u>Azalea</u>	<u>Projetos em desenvolvimento</u>	<u>Brasil PCH</u>	<u>Enerbras</u>	<u>Total</u>
CIRCULANTES						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	3.187	3.187
Aplicações financeiras	-	-	-	-	22.646	22.646
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	4.785	4.785
Impostos a recuperar	-	-	-	-	34	34
Despesas antecipadas	-	-	-	-	104	104
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	96	96
Total dos ativos circulantes	-	-	-	-	30.852	30.852
NÃO CIRCULANTES						
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	-	11.869	11.869
Tributos diferidos	-	-	-	-	1.019	1.019
Partes relacionadas	-	-	-	-	79.244	79.244
Investimento	-	-	-	512.856	-	512.856
Imobilizado	14.595	58.595	100.905	-	147.102	321.197
Total dos ativos não circulantes	14.595	58.595	100.905	512.856	239.234	926.185
TOTAL DOS ATIVOS	14.595	58.595	100.905	512.856	270.086	957.037

<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	SF 120 - Mina de Ouro	Azalea	Projetos em desenvolvimento	Brasil PCH	Enerbras	Total
CIRCULANTES						
Fornecedores	-	-	-	-	593	593
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	11.945	11.945
Impostos a recolher	-	-	-	-	236	236
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	-	-	3.576	3.576
Dividendos a pagar	-	-	-	-	30.364	30.364
Partes relacionadas	135	-	-	-	666	801
Outras contas a pagar	-	-	-	-	1.315	1.315
Arrendamentos a pagar	5	11	4.267	-	274	4.557
Total dos passivos circulantes	<u>140</u>	<u>11</u>	<u>4.267</u>	<u>-</u>	<u>48.969</u>	<u>53.387</u>
NÃO CIRCULANTES						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	50.695	50.695
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	-	-	11.748	11.748
Arrendamentos a pagar	643	204	10.415	-	8.547	19.809
Outras contas a pagar	-	-	-	-	679	679
Total dos passivos não circulantes	<u>643</u>	<u>204</u>	<u>10.415</u>	<u>-</u>	<u>71.669</u>	<u>82.931</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	12.687	-	-	-	149.447	162.134
Dividendo adicional proposto	12.802	-	-	-	101.955	114.757
Reservas de capital	-	-	-	-	30.547	30.547
Reserva de lucros	-	-	-	-	4.238	4.238
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	5.956	5.956
Total do patrimônio líquido	<u>(115)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.751</u>	<u>6.636</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>13.470</u></u>	<u><u>215</u></u>	<u><u>14.682</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>270.085</u></u>	<u><u>298.452</u></u>

Classificados como:

31/03/2021

Ativos classificados como mantidos para venda

877.793

Passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda(**)

105.153

(**) O saldo dos passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda difere do total dos passivos apresentados no balanço patrimonial acima devido as eliminações das transações com partes relacionadas entre as companhias classificadas como mantidas para venda e a Renova Energia, no valor total de R\$31.030.

Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de março de 2021:

Lucro dos ativos classificados como mantidos para venda	Enerbras	SF120	Azalea	Total
Receita	11.802	-	-	11.802
Custos e despesas	(4.780)	(42)	(68.993)	(73.815)
Lucro antes dos impostos	7.022	(42)	(68.993)	(62.013)
Resultado financeiro	(1.407)	-	(2)	(1.409)
Imposto de renda e contribuição social	(414)	-	-	(414)
Prejuízo do período	<u>5.201</u>	<u>(42)</u>	<u>(68.995)</u>	<u>(63.836)</u>
Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda				
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	5.715	(42)	(2)	5.671
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(6.805)	(68)	-	(6.873)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	(2.619)	110	2	(2.507)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.709)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.709)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.895	-	-	6.895
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.186	-	-	3.186
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.709)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.709)</u>

29. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 31 de março de 2020 é como segue:

Risco de operação			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Riscos operacionais	R\$ 74.116	25/10/2016	25/10/2021
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2021
Risco de construção			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LER 2014)	R\$ 5.334	17/04/2019	18/04/2022
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 19.050	15/03/2018	13/05/2022
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 34.460	28/04/2014	31/01/2022
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	19/09/2014	31/01/2022
Garantia executante construtor (Mercado livre II)	R\$ 20.520	07/03/2013	31/01/2022
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	14/11/2014	27/03/2022
Risco de engenharia	R\$ 2.523.189	14/11/2014	27/09/2021

Risco de administração e portfólio

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 50.000	31/01/2018	31/01/2022
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 3.850	07/11/2018	07/11/2022
Seguro de riscos diversos – equipamentos	R\$ 915	07/11/2019	07/11/2021
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	R\$ 5.000	29/03/2021	29/03/2022

30. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de março de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Aumento de capital em controladas com capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	10.3.2	-	-	127.750	-
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas	10.3.2	-	-	24.440	-
Ajuste de avaliação patrimonial	10.3.1	10.290	-	10.290	-
Direito de uso - arrendamento	11	1.300	923	346	(80)
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	11	796	748	155	748
Efeito da conciliação imobilizado - fornecedor	11	(273)	-	(23)	-

31. Eventos subsequentes

31.1 Leilão UPI Fase B

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a Companhia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A Transação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, os ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As Partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da Transação.

31.2 Pagamento de credores

Em 14 de abril de 2021, a Companhia realizou os pagamentos iniciais aos credores das Classes III e IV, de acordo com seus Planos de Recuperação Judicial aprovados no dia 18 de dezembro de 2020, perante o juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, sob o número 1103257-54.2019.8.26.0100.

31.3 Aumento de capital

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334.397, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a “1ª Janela do Pedido de Conversão” foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida concursal do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial da Companhia.

O capital social da Companhia passa a ser de R\$ 3.295.172.753,48, dividido em 100.142.466 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50.854.986 ações ordinárias e 49.287.480 ações preferenciais distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle	26.328.648	51,77%	1	0,00%	26.328.649	26,29%
Ricardo Lopes Delneri	1.642.183	3,23%	-	0,00%	1.642.183	1,64%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,74%	-	0,00%	884.252	0,88%
CG II Fundo de Investimento	8.686.842	17,08%	-	0,00%	8.686.842	8,67%
Cemig GT	15.115.371	29,72%	1	0,00%	15.115.372	15,09%
Outros Acionistas	24.526.338	48,23%	49.287.479	100,00%	73.813.817	73,71%
CG II Fundo de Investimento	27.359	0,05%	406.795	0,83%	434.154	0,43%
Ricardo Lopes Delneri	10.238.748	20,13%	20.477.500	41,55%	30.716.248	30,67%
Renato do Amaral Figueiredo	5.728.642	11,26%	11.457.284	23,25%	17.185.926	17,16%
Renato do Amaral Figueiredo	36.162	0,07%	-	0,00%	36.162	0,04%
BNDESPAR	696.683	1,37%	1.393.366	2,83%	2.090.049	2,09%
Spectra Volpi Fundo de Investimento em participações Multiestratégia	1.712.178	3,37%	3.424.354	6,95%	5.136.532	5,13%
Outros	6.086.566	11,97%	12.128.180	24,61%	18.214.746	18,19%
Total	50.854.986	100,00%	49.287.480	100,00%	100.142.466	100,00%

31.4 Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do lucro líquido, no montante de R\$22.435, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para absorção de prejuízos acumulados em exercícios anteriores.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor Vice-Presidente Jurídico, Regulação e de
Relações Institucionais

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Renova Energia S.A. – em recuperação judicial

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial intermediário individual e consolidado em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia, correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, apresentado para fins de comparação, foram revisadas, por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR com abstenção de conclusão quanto às incertezas significativas em relação ao plano de recuperação judicial que encontrava-se em fase de discussão com os credores e stakeholders, cuja implantação que dependia naquela época da aprovação da Assembleia Geral de credores, em 29 de junho de 2020.

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR) da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de maneira consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Salvador, 14 de maio de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 – S – BA

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6 –S – BA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independente.

São Paulo, 14 de maio de 2021.

Marcelo José Milliet

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos

Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independente.

São Paulo, 14 de maio de 2021.

Marcelo José Milliet

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos

Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais